

excellence

REVISTA CIENTÍFICA

www.excellenceeduc.com

REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE - EDIÇÃO ESPECIAL | V. 5. N. 01. SETEMBRO. 2020

A VIOLÊNCIA DO PRECONCEITO:

a interface pela igualdade social, estudos de abordagens vivenciadas nas escolas e as readequações de gêneros.

ISSN 2595-8704



EDIÇÃO ESPECIAL



EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Editor Chefe

Doutorando Cristiano de Assis Silva

Vice Editor

Doutoranda Dirlan de Oliveira Machado Bravo

Presidente

Weberth Martins dos Santos

Vice Presidente

Doutorando Cristiano de Assis Silva

Coordenador de Extensão

Doutoranda Ângela Maria dos S. Florentino

Secretária de Assuntos Educacionais

Mestranda Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva

Jornalista Responsável

Cleilton Bastos [MTB 3303/ES]

Projeto Gráfico e Diagramação

InovaES Comunicação

JUNTA EDITORIAL

Claudia Simões Cardoso

Secretária Municipal de Assistência Social de Anchieta – E.S.

Claudia Batista Ferreira

Secretária Municipal de Saúde de Muqui – E.S.

Dilzerly Miranda Machado Tinoco

Ex-Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E.S.

Karla dos Santos Leal

Membro do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Itapemirim – E.S.

Fátima Agrizzi Cecon

Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E.S.

Salatiel Elias de Oliveira

Secretário Municipal de Educação de Apiacá – E.S.

Tânia Mara Fontana Correa

Vereadora do Município de Presidente Kennedy - E.S.

Patrick da Silva Oliveira

Subinspetor da Guarda Municipal de Vila Velha -E.S.

COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

- Prof. Pós-Dr^a Carmem Lisiane Escouto de Souza
- Prof. Pós Dr. Carlos Luis Pereira
- Prof. Dr^a. Alexsandra dos Santos Oliveira
- Prof. Dr^a. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
- Prof. Dr. Rinaldo Pevidor Pereira
- Prof. Dr^a. Betijane Soares de Barros
- Prof. Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Ferreira
- Prof. Dr^o. Rafael Vital dos Santos
- Prof. Dr^a. Patrícia Casagrande Dias de Almeida
- Prof. Dr^a. Franciane Figueiredo da Silva
- Prof. Dr. Cristiano de Assis Silva
- Prof. Dr. Michell Pedruzzi Mendes de Araújo
- Prof. Dra. Izaionara Cosmea Jadjesky
- Prof. Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino
- Prof. Doutoranda Mariana Nascimento
- Prof. Doutoranda Cristiana Ana Lima
- Prof. Doutoranda Claudia Regina Stelzer Moraes
- Prof. Doutoranda Zilanda Pereira de Souza
- Prof. Doutoranda Dirlan de Oliveira Machado Bravo
- Prof. Doutoranda Thalyta Botelho Monteiro
- Prof. Doutorando Salatiel Elias de Oliveira
- Prof. Mestre Débora Buril Rocha Ribeiro
- Prof. Mestre Nilza Claudina Dionísio
- Prof. Mestranda Cristiane de Assis Ribeiro da Silva
- Prof. Mestranda Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva
- Prof. Especialista Wladimir de Assis Ribeiro da Silva
- Prof. Patrick da Silva Oliveira

**Revista Científica Excellence
Periódico Multidisciplinar -
Trimestral**

Departamento Acadêmico Instituto
Weberth Martins dos Santos
CNPJ: 31.655.465/0001-04

Endereço de correspondência:

Rodovia do Sol, Km 25. Ponta da Fruta, Vila Velha – Espírito Santo – BR. Cep: 29129-015
E-mail: revista@excellenceeduc.com | **Site:** www.excellenceeduc.com

APRESENTAÇÃO

A **Revista Científica Excellence** é um periódico multidisciplinar trimestral, concebido pelo Excellence Group, destinado à divulgação de produção científica e acadêmica referentes às Ciências da Educação, Direito, Administração, Tecnologia, Saúde e outros.

Seu **objetivo** é disseminar as comunicações técnicas e difundir as experiências resultantes dos diálogos entre pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento e regiões do

Brasil. Além de referendar a marca da instituição e parceiros, que primam por difundir conhecimentos produzidos com maestria de seus inúmeros discentes e docentes.

A **Excellence Group** é uma empresa especializada em cursos de capacitação e qualificação profissional, que tem como foco promover a interação e boa informação entre os envolvidos no processo de aprendizagem, com excelência no serviço e ensino, sempre buscando atualizações para as demandas e exigências do mercado de trabalho.

Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da Assessoria Científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

Este projeto visa promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, sua formação, políticas públicas, saúde, educação, tecnologia, história, políticas, formação de professores etc.



REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE
Departamento Acadêmico Instituto Weberth Martins dos Santos

V. 5, N. 01, SET. 2020 | Vila Velha, Espírito Santo.

Versão Online.

Resumo em português e inglês.

ISSN(eletrônico): 2595-8704

1. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Educação.

CDU 371

**DIREITOS DE PERMISSÃO
E UTILIZAÇÃO**

As opiniões emitidas nos textos publicados na
Revista Científica Excellence
são de total responsabilidade de seus respectivos autores.
Todos os direitos de reprodução,
tradução e adaptações estão
reservados com identificação
da fonte.

OS ARTIGOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

<<http://www.excellenceeduc.com/revista-cientifica-excellence-edicao-atual/>>

ISSN 2595-8704



PREFÁCIO

O preconceito é uma das mais perversas estratégias de opressão que rege o processo discriminatório na contemporaneidade. Ele é difundido por meio de representações ideológicas que atuam sobre os indivíduos nos moldes da Indústria Cultural, isto é, são internalizadas de maneira mais ou menos inconsciente. Nestas contingências, os indivíduos são jogados na regressão psíquica, perdendo a capacidade de pensar criticamente para poder agir de forma protetora de suas vidas, enfim, saber defender-se da hostilidade social. A violência do preconceito, além de produzir o isolamento entre os indivíduos, introduz a desconfiança entre os pares e funciona nos moldes de uma severa autopunição do sentimento de culpabilidade. Sob o preconceito, os indivíduos tornam-se cúmplices do processo social que os engana e violenta.

A escola também tem o papel de transformar essa realidade, atuando no enfrentamento, criando amplo debate com seus alunos e comunidade, denunciar e contribuir com alternativas para a efetiva garantia dos direitos humanos a toda população negra.

As ciências colaboram com o desnudamento dessa realidade e de outras que nos circulam, e tem como objetivo estudar as culturas humanas, suas histórias, modo de vida, comportamentos individuais, sociais, contextualizando hábitos, lutas, novos olhares de valores inerentes.

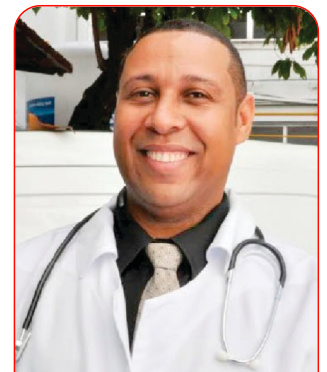
Esse editorial, portanto, pretende discutir, promover e possibilitar o desenvolvimento da ciência e publicar pesquisas primárias ou secundárias com enfoque sujeito, formação e aprendizagem, políticas públicas de educação, história e política, formação de professores, currículo e práticas pedagógicas.

Neste número, verifica-se a presença de artigos sobre

temas relacionados à educação, apresentando as interfaces da desigualdade social; abordagens vivenciadas na escola, no ensino superior no Brasil, educação infantil e formação docente enquanto os aspectos legais da inclusão; estudos e pesquisa da readequação de gênero.

Espera-se que a confiança depositada nesta revista, como um dos meios para a socialização desses resultados de pesquisa, se renove, propiciando uma maior visibilidade à produção acadêmica local, concorrendo para que ela se torne efetivamente pública, mesmo em nível de iniciação científica. Afinal, entendemos que é aí, nesse processo de iniciação, que os princípios éticos de responsabilidade para com o público começam a fazer um pouco mais de sentido, articulando-se a outras práticas formativas e alicerçando as bases para a vida do profissional e do futuro pesquisador.

Boa leitura!



Doutorando Cristiano de Assis Silva
Editor-Chefe



SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
SOU TRANSEXUAL! E AGORA? UMA ABORDAGEM VIVENCIADA NA ESCOLA <i>Cristiano de Assis Silva & Dirlan de Oliveira Machado Bravo</i>	7-14
A LITERATURA NEGRA INFANTIL: ERA UMA VEZ... IDENTIDADE DESDE PEQUENO <i>Marcos Antonio Santos Souza & Cristiano de Assis Silva</i>	15-22
O “NÓIS POR NÓIS” NA POESIA NEGRA PERIFÉRICA <i>Marcos Antonio Santos Souza & Cristiano de Assis Silva</i>	23-30
“SER HOMEM” NA CONTEMPORANEIDADE: REPRESENTAÇÕES A PARTIR DE TEXTOS JORNALÍSTICOS <i>Juliano Coimbra dos Santos</i>	31-37
O PEDAGOGO NO ENSINO PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO – RACIAIS <i>Carlos Luis Pereira & Cristiano de Assis Silva</i>	38-45
READEQUAÇÃO DE GÊNERO: VISÃO DE MERCADO CONSUMIDOR E MERCADO FORNECEDOR EM RELAÇÃO À PESSOA TRANSGÊNERO <i>Maria do Socorro G. dos Santos & Renata Ximenes Ferreira Benvenuti & Tiago Salazar Barbosa</i>	46-55
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA - PRONAF: DESAFIOS EDUCACIONAIS DOS DISCENTES DO CEQ-ANA MOREIRA <i>Elvio da Silva Rodrigues & Cristiano de Assis Silva</i>	56-64

REVISTA CIENTÍFICA RECONHECIDA INTERNACIONALMENTE



INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER: 2595-8704

SOU TRANSEXUAL! E AGORA? UMA ABORDAGEM VIVENCIADA NA ESCOLA

I AM TRANS! AND NOW? A APPROACH IN SCHOOL

Cristiano de Assis Silva ¹
Dirlan de Oliveira Machado Bravo ²

RESUMO

Este artigo destaca os processos de luta dos alunos trans em suas trajetórias escolares. A pesquisa se sustentou na análise de fontes bibliográficas e documentais, entrevistas e relatos; trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva, de caráter exploratória, não experimental, construída com recortes de histórias de vida na Educação Básica em escolas públicas e privadas. A pesquisa empírica se deu a partir de entrevistas com roteiro semiestruturado, sendo analisada a partir dos pressupostos dos estudos de gênero e de educação. O contraditório espaço escolar apresentou-se como lugar de discriminação heterossexista, vigilante contra quem não se enquadrasse nos padrões binários e hegemônicos de gênero e de sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Sexualidade; Transexualidade; Experiências.

ABSTRACT

This article highlights the processes of trans students struggle in their school trajectories. The research was based on the analysis of bibliographical and documentary sources, interviews and questionnaires; it is a qualitative research, built with cuts of life histories in Basic Education in public schools and private. The empirical research was based on interviews with semi-structured script, being analyzed from the assumptions of the studies of gender and education. The contradictory school space presented itself as a place of heterosexist discrimination, vigilant against those who did not fit into the binary and hegemonic patterns of gender and sexuality.

KEYWORDS: Gender; Sexuality; Transsexuality; Experiences,

¹ Coordenador Acadêmico da ACU – Absoulute Christian University. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU – Absoulute Christian University. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. Especialista Nutrição Clínica pela Universidade Veiga de Almeida. Especialista em Metodologia de Ciências Biológicas pela Faculdade Mario Schenberg. Especialista em Oratória da Transversalidade de Fala para Formação de Professores – UFES. Licenciado em Ciências Biológicas - IFES. Bacharel em Nutrição, Faculdade Salesiana de Vitória. E-mail: E-mail: cristiano.wc32@gmail.com | Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/7723981451094769

² Membro do Colegiado da ACU – Absoulute Christian University. E-mail: dirlanbravo@gmail.com | Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/0360129871390108

INTRODUÇÃO

Quanto ao primeiro aspecto (i), no Brasil a Constituição Federal (CF) prevê como objetivo fundamental a promoção do bem de todas, sem preconceitos com base em qualquer forma de discriminação (art. 3º, IV). Ademais, a igualdade é garantida sem distinção de qualquer natureza, cabendo punição a qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI, da CF). No Estado de São Paulo, cuja capital compõe o universo desta pesquisa, a Lei n. 10.948/2001, regulamentada pelo Decreto n. 55.589/2010, estabelece penalidades em caso de discriminação contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneras, sendo as empresas passíveis de punição (art. 3º).

O transexualismo é definido como o desejo de viver e ser aceito como pertencente ao sexo oposto e usualmente acompanhado de um sentimento de desconforto – ou inadequação – em relação ao sexo anatômico do transexual (OMS, 2008). No panorama nacional brasileiro evidenciamos um processo de luta pela visibilidade e reconhecimento de pessoas travestis, transexuais e transgêneros como integrantes do campo formal da educação. A escola tem sido uma área de destaque dessa luta, ressaltando a relevância de investigar quais os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por esses sujeitos durante seu processo de escolarização.

Este é o foco deste artigo no qual destacaremos os processos de luta pelo reconhecimento do direito dos travestis, transexuais e transgêneros em suas trajetórias de vida escolares. Onde instituições que, além de contribuir na promoção das desigualdades e hierarquias de classe, também reitera outras hierarquias. Tensões que se tornam mais agudas quando o tema é a presença de estudantes com práticas sexuais e expressões de gênero designados como gays, lésbicas, travestis e transexuais que não se enquadram no modelo hegemônico que implica no alinhamento

entre sexo biológico, gênero e heterossexualidade dentro do binarismo de dois sexos, dois gêneros, duas sexualidades: ou seja, homens pelo sexo de nascimento, masculinos e heterossexuais e mulheres pelo sexo de nascimento, femininas e, igualmente, heterossexuais.

Todos esses estudantes sofrem o heterossexismo, descrito por Daniel Borrillo (2009) como o padrão com o qual todas as outras sexualidades devem ser comparadas e medidas. É essa qualidade normativa - e o ideal que ela encarna - que constitui uma forma específica de dominação chamada heterossexismo. Este pode ser definido como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade assume posição superior. Todas as outras formas são qualificadas, na melhor das hipóteses, como incompletas, acidentais e perversas, e na pior, como patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (BORRILLO, 2009, p. 25).

Contextualizar o campo geral em que todas as identidades (sexuais, gêneros, raciais, classes) são construídas, percebendo-as necessárias e inter-relacionadas, constituindo uma realidade complexa e em constante movimento nas mais variadas dimensões: históricas, sociais, culturais, políticas e educacionais (LOURO, 2004; GAMSON, 2007). A atuação na Educação Básica e em escolas da rede pública de ensino é outra característica marcante. Almejar e conquistar seu direito, consistiu do resultado de buscas constante de estratégias para fazer do ambiente escolar um espaço vivível que faz desses alunos sujeitos de resistências, especialmente por terem ultrapassado ou, talvez, sobrevivido, a um dos espaços sociais no qual a normatização do gênero e das sexualidades se faz mais contundente (LOURO, 1997; BUTLER, 2003). Nessa perspectiva, Sérgio Carrara e Sílvia Ramos (2005), em pesquisa realizada na Parada do Orgulho GLBT na cidade do Rio de Janeiro em 2004, destacaram uma baixa incidência de discriminação e preconceito contra travestis e transexuais em instituições de ensino. O que emergiu marcadamente é que isso se deveu ao fato de

que esses sujeitos pouco frequentam escolas ou faculdades. A partir desta problemática, algumas perguntas nortearam nosso roteiro de pesquisa: Como se deram as trajetórias escolares destes estudantes? De que modo ocorreram as discriminações em suas experiências escolares e quais estratégias utilizaram para persistirem e efetuarem o percurso até a conclusão do curso? Necessário ressaltar que, se as memórias aqui analisadas são informadas pelo presente, não deixam de contar sobre os mecanismos da construção cotidiana da heteronormatividade presente nos currículos escolares sistematicamente denunciados nas pesquisas de história da educação nas últimas décadas.

Para Petry e Meyer (2011, p.196), esse termo pode ser compreendido “como aquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade”, marginalizando as orientações sexuais diferentes da heterossexual. Esses autores completam e esclarecem que: A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho. (PETRY e MEYER, 2011, p.195). Por isso, a escola brasileira tem sido convocada a contribuir para o enfrentamento dessas violações, como aponta Acioli (2014).

Dentre tantas violências sofridas pelas pessoas, destaca-se a violência contra a identidade de gênero; dentre eles, o transexual e o transgênero. Ainda de acordo com a autora, é impensável a escola se esquivar da responsabilidade perante temas de tamanha importância e que tanto afetam estudantes quanto profissionais e familiares. No caso dos transexuais, como são vistos e tratados nos espaços escolares? Braga (2012) ajuda a compreender essa questão ao apresentar experiências de viver a diferença. Para a

autora: Ausentes do discurso como sujeitos cujas histórias interessam politicamente e restritas às representações naturalizadas que circulam nos meios sociais e que são facilmente incorporadas, as experiências transexuais figuram no currículo escolar como algo inexistente ou sem valor, cujo vínculo à “categoria humana” se dá, quase exclusivamente, pela ideia de algo que a transgrede. Dessa forma as representações da transexualidade (e das transexuais) que figuram no espaço social comum são produzidas sobre um “outro” a quem não se conhece ou não interessa conhecer. (BRAGA, 2012, p.09).

METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa se sustentou na análise de fontes bibliográficas e documentais, porém trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva, de caráter exploratória, não experimental, construída com recortes de histórias de vida na Educação Básica em escolas públicas e universidades privadas. A pesquisa empírica se deu a partir de entrevistas com roteiro semiestruturado, sendo analisada a partir dos pressupostos dos estudos de gênero e de educação com entrevistas e relatos pelos alvos desta pesquisa. O universo investigado foi construído por quatro pessoas dos Municípios do Estado do Espírito Santo, sendo Aracruz, Guarapari, Vila Velha e Itapemirim. Essas pessoas se encontravam na faixa etária de vinte a quarenta e três anos. A cor parda prevaleceu no grupo, assim como a identidade de gênero transexual e a identidade sexual heterossexual.

E dentro dessa perspectiva que os convidados da pesquisa ressaltaram dificuldades de pessoas trans se manterem em instituições escolares devido a inúmeros processos de recusas que demarcam que estes gêneros são impossíveis de habitarem o ambiente escolar. Dentre esses demarcadores, o reconhecimento do uso do nome social e a utilização do banheiro referente ao gênero que essas pessoas se identificam convergem-se

em um dos principais obstáculos enfrentados por esses sujeitos; assim como descrito no folder “A travesti e o educador: respeito também se aprende na escola.” (BRASIL, 2004). Esses aspectos foram destacados de forma significativa nos relatos dos alunos investigados tanto no processo de escolarização quanto na atuação docente no que se refere à vivência do preconceito e da discriminação em razão da forma como constroem seu gênero e vivem suas sexualidades. A utilização do banheiro feminino é um dos destaques na discussão, embora em alguns momentos também se vincule ao nome social, como veremos a seguir. O uso do banheiro é um dos impactos para pessoas trans (Judith Butler 2004) observa que a linguagem não se constitui apenas de um instrumento de expressão. Ela torna-se condição para a possibilidade de existência do sujeito que se constrói por meio da forma que ele/a próprio/a se expressa por meio da fala, correlacionando-a como os/as outros/as o/a identificam nos mais variados contextos da vida. Com base nessa forma de interpretar o/a outro/a e se interpretar como sujeito, somos também enquadrados/as em espaços sociais específicos em que o ser homem e/ou ser mulher obriga-nos ao ajustamento em padrões preestabelecidos históricos, social e culturalmente. O banheiro, sobretudo em instituições públicas, torna-se uma estrutura física dotada de uma linguagem não verbalizada, mas determinante do lugar social que cada sujeito pode ocupar na sociedade desencadeando aceitação ou recusa das variadas formas de existência humana. Na vertente das recusas de existências humanas pautadas pela linguagem, verbalizada ou não.

RELEVÂNCIA

Apesar dos dados escassos, observamos que, no Brasil, a questão do transexualismo é cada vez mais frequente na mídia, na justiça, nos conselhos profissionais e no cotidiano em geral, a ponto de se

justificarem reflexões, investigações e explicações no campo das ciências humanas, sociais e biológicas.

Os transexuais são aqueles que não se identificam com o gênero com o qual nasceram. Mulheres trans são pessoas que nasceram com a genitália masculina, mas se reconhecem como mulheres e exigem ser tratadas dessa forma. Homens trans, por sua vez, são aquelas pessoas que tiveram o gênero feminino atribuído na infância, mas se identificam como homens.

Além das dificuldades em permanecer nas escolas e faculdades, as transexuais enfrentam outro grande desafio: conseguir um emprego. De acordo com Cris Stefanny, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), 90% das travestis e transexuais são obrigadas a entrar na prostituição para se sustentar. “Simplesmente não há oportunidades de trabalho. As poucas que não estão nas ruas estão em serviços subalternos, ou limpando o chão ou como cabeleireiras”, afirma.

ABORDAGENS E RELATOS

Nery descreveu uma vivência, nos anos de 1970, quando cursava Psicologia e vivenciou constrangimentos similares. Seu relato confirmou a argumentação de Rogério Junqueira (2009) de que evidenciamos uma ausência de ações de enfrentamento do estigma, do preconceito e de políticas públicas destinadas às necessidades básicas de pessoas trans. Só era visto como mulher na sala de aula pela forçosa apresentação, que, inapelavelmente, tinha de fazer. Fora isso, os outros alunos, professores e empregados da universidade que não me conheciam, viam-me como homem. Inclusive, uma de minhas grandes dificuldades era ir ao banheiro. Arrisquei-me um dia para nunca mais (NERY, 2011, p. 129).

Para Fernando em um breve relato, em especial, eu me recordo bem e nitidamente, pois jamais me esquecerei desse fato ficando marcado em minha vida

em que no Ensino Fundamental que tive que ir num banheiro na hora recreio. Foi à coisa mais constrangedora e horrorosa da minha vida, porque preferencialmente e nitidamente eu só poderia entrar no banheiro dos meninos e quase morri de vergonha e constrangimento. Parecia que eu era um ser estranho ali, parecia que o mundo inteiro olhava e me observava. Não pertencia aquele lugar, aquele momento, me senti como se fosse um fugitivo onde tinha a impressão que os holofotes estavam voltado todos para minha pessoa. E eu só tinha onze anos e me lembro disso muito nítido na minha memória. Eu sempre pedia para ir ao banheiro antes do intervalo para que as pessoas não ficassem me olhando ou me observando, me senti extremamente constrangido e foi a alternativa encontrada para me sentir bem (Fernando, Aracruz, ES, novembro de 2019).

Diante da abordagem de Amanda, por exemplo, ela relata nunca ter vivido constrangimento diretamente em relação à utilização do banheiro, ela desenvolve seu discurso que descobriu sua opção ou orientação sexual ao ver um indivíduo do mesmo sexo sendo um rapaz bonito que lhe chamou muito a sua atenção e muitos suspiros além de admiração e comecei a receber muitas críticas, ofensas e gozações, me chamavam de “bichinha”, “veadinho”, “mulherzinha” e “gueizinho” [...]. Só por me identificar mais com meninas; pois me davam muita atenção e não realizam certos tipos de apelidos ou palavreados genéricos ou característicos, minha primeira relação sexual foi no banheiro da escola [...]. Transformei-me em transexual, cursei apenas até a 6ª série, devido a muitos outros constrangimentos na verdade quando somos jovens e nos deparamos com essa situação muitas vezes de não aceitação do corpo deixamos muitas coisas que são importantes como estudos, família por certas ocasiões, hoje sou profissional cabeleireira e transformista em casas noturnas. (Amanda, Guarapari ES, novembro de 2019).

A fase do Ensino Médio foi ressaltada e relatada por Natacha como período de novas situações e

estratégias para lidar com a utilização e questão do banheiro que, a partir da adolescência, assumiu novas representações no que tange às diferenciações de gênero, sendo a transformação de suas vestes e de seu corpo. No Ensino Médio as coisas se diferem porque você está no processo de adolescência partindo para a fase de juventude e fase adulta. A questão da manifestação sexual já é mais clara não tendo tanto conflito interno, ela já é mais presente e centrada. Aquele espaço já ganha, já tem um peso social, principalmente quando começa a conhecer seus direitos. Então, você tem algumas saídas. A minha era não frequentar o banheiro masculino, porque eu não ia adentrar ao recinto sendo toda uma figura feminina, andrógina, e dividir o espaço com rapazes que, na maioria das vezes, eram meus “ficantes”, “peguetes” ou até mesmos namoradinhos. Para mim, era muito complicado olhando por esse ponto de vista. A minha saída era não usar o banheiro na escola (Natacha, Vila Velha, ES, novembro, 2019).

No discurso de Valquiria a mesma relata que uma situação vivenciada quando frequentava o banheiro masculino e foi confundida com uma mulher que por sinal isso muito a agradou; pois sentiu de uma certa forma um reconhecimento pela qual tinha muita vontade de ser; pois minha mente era feminina e meu corpo em transformação para ser mulher. A partir daí, parou pensou e analisou se tenho corpo e biótipo feminino porque não usar o banheiro feminino! E a partir daí passei a utilizar o banheiro feminino, mas gerando também alguns conflitos e atraindo alguns olhares discriminativos ou até mesmo de admiração pela atitude. Mais alguém reclamou e questionou as autoridades da instituição de ensino, então fui convidada pela direção a usar o banheiro de deficientes (...). (Valquiria, Itapemirim, ES, outubro de 2019). Em um primeiro momento, Valquiria acreditou ter sido privilegiada ao ser solicitada a utilizar o banheiro para deficientes sob a argumentação de que teria um banheiro exclusivo e somente para ela, de outro modo,

utilizar o banheiro para deficientes parecia condicionar sua transexualidade ao universo da patologia, ou sendo um ser extremamente estranho ou diferente ou até mesmo excluído, tanto que ela se questionou sobre o fato de ser vista entrando naquele ambiente ou recinto.

Diante da colocação e sua preocupação nos remeteu à argumentação e colocação de Berenice Bento (2008) ao afirmar que pessoas transexuais são vítimas de múltiplas formas de violência, mesmo indiretamente para sanar questionamentos da sociedade ou de uma certa população, das quais a mais cruel seria a patologização da experiência por irradiar a inferioridade e diminuição como atributo inerente a essas pessoas ou indivíduos. Mesmo se questionando, contudo, Valquiria optou pelo silêncio e, de certa forma, conduzida a se sentir merecedora desse ato que identificamos como agressão, uma vez que uma posição pedagógica favorável seria utilizar o acontecimento para colocar a questão em pauta dentro de um conselho de educação. Isso poderia gerar a discussão de subsídios que contribuiriam para formação dos/as alunos da instituição que, provavelmente, enfrentariam situações similares em suas vidas pessoais e profissionais. Seria possível então desenvolver atividades de reconhecimento da diferença partindo do princípio que somos todos iguais com particularidades individuais (MISKOLCI, 2012; LOURO, 2004). Flávia Teixeira (2009) destaca e aborda que o quanto as normas sociais que compõem nosso cotidiano existir, muitas vezes destoando de nossa individualidade ou particularidade, incutem em nós a sensação de fazer algo errado podendo ser até como se fosse um ato absurdo, proibido ou não permitido. Junqueira (2009, p. 27), retrata que esse “fazer algo errado” como um dos processos de internalização da homofobia/transfobia que “[...] uma vez introjetada, ela pode conduzir a pessoa a se sentir envergonhada, constrangida, indigna, culpada e até merecedora da agressão física, psicológica recebida, mantendo-a imobilizada, em silêncio, quieta, apática e até mesmo triste entregue a seu destino de

pária social”. Naquele momento no qual não utilizou o banheiro feminino em razão da proibição da diretora, Valquiria, possivelmente, assumiu para si um contexto de que “fazia algo errado”.

Ao entrar na faculdade fiquei me perguntando “E se me barrarem?”. O afeminadinho. “Será que vão me barrar de ir ao banheiro feminino? E no banheiro masculino pode acontecer tanta coisa comigo. Já pensou? Tanto tempo eu ia ao masculino e sentia que não era o meu ambiente nem meu lugar. Por que não era. Não é e nunca foi? E eu tomei coragem e fui ao feminino. Só não me sentia à vontade (Fernando, Aracruz ES, novembro de 2019). Guacira Louro (1997) afirmou que a escola, por meio de símbolos e códigos, designa o que cada um/a pode ou não fazer por meio da separação e instituição de normas, definindo espaços possíveis e vivíveis aos sujeitos. Nesse sentido, quando Fernando comentou sobre o “não se sentir à vontade”, referia-se aos processos de segregação desencadeados pela tentativa de utilização do banheiro evidenciando que “[...] o prédio escolar informa a todos/as suas razões de existir. “Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos.” sendo assim uma determinação, uma obrigação, uma moldura ou ordem a ser seguida (LOURO, 1997, p. 58).

Dessa forma, as abordagens e os relatos aqui contextualizados confirmam que as estruturas físicas escolares, principalmente o banheiro, atuam de forma representativa na delimitação dos limites pré-determinados do masculino e do feminino e de certa forma sendo ato punidor para aqueles que buscam se socialização e buscam o seu direito diante da sociedade.

RESULTADOS

Neste Trabalho foram coletados dados de quatro ex-alunos, sendo eles de vários Municípios do Estado do Espírito Santo, sendo Aracruz, Guarapari, Vila Velha e Itapemirim. Essas pessoas se encontravam na faixa

etária de vinte a quarenta e três anos. A cor parda prevaleceu no grupo, assim como a identidade de gênero transexual e a identidade sexual heterossexual.

O constrangimento vivenciado e acometido por pessoas trans na utilização do sanitário, muitas vezes, antecede de forma voluntária e involuntária a estruturação de suas identidades de gênero e sexual, seja em qualquer das etapas de ensino na Educação Infantil, Básica ou no Ensino Superior. Para muitos deles o sanitário era espaço de vivência da violência anunciada e materializada, embora exceções ocorressem raramente. Para aquelas que vivenciaram constrangimentos, maiormente, na Educação Básica, várias delas foram surpreendidas por garotos expondo seus órgãos genitais nesse ambiente escolar. Em decorrência disso, “não utilizar o banheiro” tornou-se uma das estratégias mais utilizadas, ou, utilizá-lo em horários diferenciados sanando constrangimentos e inquietações.

Logo, o sanitário se representa um consistente divisor de águas e de pensamentos entre espaços possíveis ao masculino e ao feminino. Para pessoas trans, torna-se um espaço inabitável, constrangedor, perigoso e, ao mesmo tempo, arriscado e conflituoso. Confirmamos esse fato principalmente ao constataremos que a maioria dos alunos resistia em utilizá-lo, ou, sujeitavam-se ao enfrentamento dos olhares de recusa, como destacado por Amanda e Valquíria.

Os relatos e abordagens de Natacha ressaltam posicionamentos de um discurso de militantes do segmento trans brasileiro, diferenciados das narrativas de Valquíria e Amanda – principalmente. Esses posicionamentos levam-nos a concluir que os conflitos, discriminação e abordagens negativas na utilização do sanitário se materializaram de forma mais latente para aqueles alunos que pouco conhecimento possuíam ou detinham sobre legitimações e não se vinculavam ao movimento social organizado de pessoas trans. Mas, assim como evidenciado nas narrativas dos alunos e descrito no fôlder “A travesti e o educador” (BRASIL,

2004), por localizarem se socialmente no gênero feminino a demanda de pessoas trans femininas em qualquer instituição pública é para utilização do banheiro das mulheres. Essa ação se consolida na prática escolar delimitam as demarcações do feminino e do masculino nutrindo os princípios da heteronormatividade. A heteronormatividade consiste no processo de efetivação e naturalização da heterossexualidade como a única forma possível e legítima de manifestação identitária e sexual. Com isso, criou-se um conjunto de dispositivos que se vinculam diretamente à produção de corpos, sujeitos e identidades definidos e coerentes com a sequência corpo/gênero/sexualidade. Nesse processo, consolidou-se a crença na natureza de divisão binária entre os corpos, macho/fêmea, e, conseqüentemente, gêneros distintos, homem/mulher, bem como a atração afetivo-sexual entre sexos opostos, masculino/feminino (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009; LOURO, 2009).

O artigo 3º da Constituição, inciso IV, trata da não discriminação por sexo, raça ou cor, assim como o artigo 5º trata do princípio da igualdade de todos perante a lei, devendo-se, portanto, considerar a população LGBT. Quanto a direitos já reconhecidos dos transexuais na repartição pública, desde 2011, eles conquistaram o direito de utilizar seu nome social no trabalho – para crachás, e-mails institucionais etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que diante da coleta de dados e abordagem realizadas as instituições de ensino através do governo federal, estadual e municipal deveriam atuar de forma democrática para a ação de políticas públicas educacionais voltadas para esse público-alvo, onde a diversidade é existente em todo e qualquer local, lembrando que esse público é discriminado e possuem poucas oportunidades devidos constrangimentos, apelidos, agressões físicas e

psicológicas e dessa forma esse público obter melhores condições de desenvolvimento intelectual, vale ressaltar que os profissionais das instituições de ensino e gestores deverão auxiliar através abordagens e diálogos para evitar constrangimentos bullying entre outros que causam traumas psicológicos.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Márcia. Educação: o desafio da transexualidade. 2014. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/educacao-o-desafio-da-transexualidade/>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- BRAGA, Denise da Silva. A experiência transexual: estigma, estereótipo e desqualificação social no intramuros da escola. Periferia: educação, cultura & comunicação, Duque de Caxias, v. 4. n.1,p. 5-24, jan./jun. 2012.
- BENTO, Berenice. Alves de Melo. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008. p.181. (Coleção Primeiros Passos).
- BOHM, Alessandra M. Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009.
- BORRILLO, Daniel. 2009. Le Droit des sexualités. Paris: PUF Colletion Les vois du droit.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e hepatites virais. A travesti e o educador: respeito também se aprende na escola. Brasília: PNDST/Aids, 2004a. (folder da campanha Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. Notrabalho. Na vida.).
- BUTLER, Judith. Language, poder e identidad. Trad. javier Sáez e Beatriz Preciado. Espanha:Sintesis, 2004. p.271.
- Brasil. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988. Princípio Constitucional da Não Discriminação, artigo 3º, e Princípio da Igualdade, Artigo 5º.
- CARRARA, Sérgio; RAMOS; Sílvia. Política, direitos, violência e homossexualidade: CARVALHO, Maria Eulina P.; ANDRADE, Fernando César B.; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Gênero e diversidade sexual: um glossário. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2009. 56p.
- CÉSAR. Maria Rita de Assis. Um nome próprio: transexuais e travestis nas escolas brasileiras. In: GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 345-362.
- JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: _____. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 13-52.
- LOURO. Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), 2012. 82 p.
- NERY, João Walter. Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011. 336 p.
- Organização mundial de Saúde (2008).
- PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. Textos & Contextos, Porto Alegre, v.10, n.1, p.193-198, 2011.

A LITERATURA NEGRA INFANTIL: ERA UMA VEZ... IDENTIDADE DESDE PEQUENO

BLACK CHILDREN'S LITERATURE: ONCE UPON A TIME... IDENTITY FROM EARLY AGE

Marcos Antonio Santos Souza ¹
Cristiano de Assis Silva ²

RESUMO

O presente artigo é fruto de pesquisa sobre a literatura negra infantil e sua importância para a construção da identidade da criança negra. Este trabalho tem como objetivo geral mostrar a importância deste segmento literário (que vem em um crescendo ao longo dos anos) para a construção identitária do infante. Os objetivos específicos são descrever a cronologia da literatura negra infantil brasileira e exemplificar a relevância literária desse segmento por meio da citação do livro *As tranças de minha mãe*, da baiana Ana Fátima, mulher negra e autora contemporânea. Foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, cuja análise do que dizem importantes autores do assunto, serviu de base para chegar aos objetivos deste trabalho. O referencial teórico está referenciado nos estudos de autores de suma importância para o assunto, como Gomes, Souza, Nogueira, Zilberman e Lajolo, que tratam da literatura infantil em suas obras. O artigo está dividido em blocos. No primeiro, expõe-se a importância da leitura para os bebês, seguido da exposição concisa da literatura infantil brasileira; o terceiro bloco trata da literatura negra infantil, seguido da importância da escola na disseminação dela. Conclui-se o trabalho ratificando o objetivo do artigo: a literatura negra infantil é relevante para o pequeno leitor negro, a partir do momento em que a este se vê representado no texto, por meio da estética dos personagens e da cultura afro-brasileira presentes nos livros produzidos para as crianças, mas especialmente para a criança negra, tão carente de representação na literatura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura na primeira infância; literatura infantil; literatura infantil negra; escola; identidade.

ABSTRACT

This article is the result of research on black children's literature and its importance for the construction of black children's identity. This paper aims to show the importance of this literary segment (which has been growing over the years) for the identity construction of the infant. The specific objectives are to describe the chronology of Brazilian children's black literature and to exemplify the literary relevance of this segment by citing the book "*As tranças de minha mãe*" (The Braids of My Mother) by Fátima, a black woman and contemporary author from Bahia. We used the method of bibliographic research whose analysis of what important authors of the subject say served as basis to reach the objectives of this work. The theoretical framework is endorsed in the studies of authors of great importance to the subject, such as Gomes, Souza, Nogueira, Zilberman and Lajolo, who deal with children's literature in their works. The article is divided into blocks. The first one exposes the importance of reading for babies, followed by the concise exposition of Brazilian children's literature; the third block deals with black children's literature, followed by the importance of the school in its dissemination. The paper concludes by ratifying the objective of the article: black children's literature is relevant to black child reader, from the moment when he is represented in the text, through the aesthetics of the characters and the Afro-Brazilian culture present in books produced for children, but especially for the black child, which is so lacking in representation in Brazilian literature.

KEYWORDS: Early childhood reading; children's literature; black children's literature; school; identity.

¹ Mestrando em Ciências da Educação, pela ACU – Absolute Christian University. E-mail: marcospeix2@gmail.com | Currículo Lattes: <http://Lattes.cnpq.br/0240030556776100>

² Coordenador Acadêmico da ACU – Absolute Christian University. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU – Absolute Christian University. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialista Nutrição Clínica pela Universidade Veiga de Almeida. Especialista em Metodologia de Ciências Biológicas pela Faculdade Mario Schenberg. Especialista em Oratória da Transversalidade de Fala para Formação de Professores – UFES. Licenciado em Ciências Biológicas - IFES. Bacharel em Nutrição, Faculdade Salesiana de Vitória. E-mail: cristiano.wc32@gmail.com | Currículo Lattes: Lattes.cnpq.br/7723981451094769

INTRODUÇÃO

A leitura e/ou a escuta de histórias na infância são de suma importância para o desenvolvimento da criança. Ao ler, o infante dá vazão a sentimentos diversos (e saudáveis), cria as próprias histórias, de si para consigo, ou para o seu interlocutor, que pode ser os pais ou o colega. A leitura proporciona uma viagem maravilhosa e relevante para os pequenos, que libertam a imaginação e representa “(...) um momento totalmente necessário, inseparável do pensamento realista.” Vigotsky (1992, p.128). A construção da realidade possui íntima relação com o que se vive na infância, em relação às brincadeiras, quanto à leitura, através da alimentação da fantasia da criança de qualquer classe social, ou etnia. A literatura negra infantil, objeto desta redação, vem se desenvolvendo bastante pelo país. Nos dias de hoje, inúmeros escritores (negros) vão surgindo e assumindo a escrita para um público específico, carente de representatividade ao longo dos séculos. Este trabalho apresenta como objetivo geral mostrar a importância do livro infantil negro para que o infante negro construa saudavelmente sua identidade. Para atingir esta finalidade, serão apresentados argumentos presentes em bibliografia especializada, começando pela importância da leitura para os bebês desde o ventre e a relação entre linguagem e realidade, que se ratifica a posição no pensamento de Sandroni & Machado e de Blanco; a relação entre leitura e linguagem, com a corroboração dos estudos de Vigotsky e Freire; segue-se com a historiografia literária infantil brasileira até os dias atuais, analisada na obra de Lajolo e Zilberman; dá-se continuidade com a inserção da literatura negra infantil, em que serão citados Gomes, Gonçalves e Botelho, e a literatura negra em sala de aula, razão deste artigo, com fundamentação nas falas de Silva e Gomes, além da BNCC e a Lei 10.639. Todos eles motivam a certeza de que a literatura aqui discutida é imprescindível de estar na mesa e nas mãos dos

estudantes negros do Ensino Fundamental I, crianças que devem desenvolver a autoconfiança - com o auxílio da escola e dos livros - para que vivencie a fase adulta, com segurança.

LER PARA A CRIANÇA, DESTE O VENTRE

É durante a escuta ou a leitura de uma história que a criança cria e recria mundos e seres, insere-se na aventura narrada, desliga-se da realidade e retorna a ela, com mais força e confiança (VIGOTSKY, 1992). O leitor concordará com o fim que traz o livro ou inventará o seu próprio, sempre com prazer e um gosto de quero mais.

Afirmam Sandroni & Machado (1998, p.15) que “A partir de histórias simples, a criança começa a reconhecer e interpretar sua experiência da vida real”. Isso dimensiona o quanto é importante o ato de ler na infância e de sua consequência - totalmente benéfica - para o desenvolvimento emocional do indivíduo, fortalecendo-o para a vida social. A partir da ficção a criança terá a oportunidade de se inserir na realidade e construí-la/reconstruí-la, a cada momento. A fantasia é primordial para a saúde psicológica do infante, assegurando uma melhor construção do real e seu enfrentamento vida afora. A leitura é importante para a vida prática, e esta àquela. Completam-se e ampliam-se de modo dinâmico.

Espera-se que os pais – por serem as primeiras pessoas a terem contato efetivo (e afetivo) – em tese - com a criança - disponibilizem a literatura aos filhos e posteriormente o professor, na escola, em ambiente agradável e coletivo, dê continuidade a essa construção sadia, proporcionando aventura, fantasia, reconstrução, utilizando-se da contação de histórias que geralmente acompanha a leitura nos primeiros anos de vida.

A inicialização da criança no mundo da literatura não deve acontecer quando ela estiver alfabetizada. Ao contrário, a apresentação dos livros pode e deve se dar ainda precocemente (MELISSA BLANCO, 2017). A

psicóloga e psicopedagoga afirma que o bebê sente prazer ao ouvir a mãe. Tal escuta começa em geral na 20ª semana de vida, no ventre materno. Após o nascimento, ainda bebês, eles se interessam pelos sons e tons produzidos pelos pais, como também pelas cores e figuras que se lhes apresentam. Não há por que esperar o crescimento dos filhos e deixar que a escola lhes apresente o livro. Ainda no ventre, eles podem e devem ouvir historinhas alegres, positivas, contadas com voz terna e amorosa. É certo a mãe conversar, diariamente, com o filho que se desenvolve em seu útero. Do mesmo modo, pode-se ler e cantar também para o neném.

Não se deve deixar de lembrar que aquelas crianças, cujos pais leem para elas desde cedo, poderão crescer com maior interesse pela leitura, devido à intimidade com os livros e estes se tornam mais uma opção na rotina diária, para além dos brinquedos e celulares.

A LITERATURA INFANTO-JUVENIL BRASILEIRA

As primeiras publicações voltadas para crianças, aqui no Brasil, antes da década de 1880, foram produzidas no exterior, introduzidas no país na forma de traduções. Eram as fábulas, que apresentam, entre outras características, uma moral no final. Na segunda metade do mesmo século é lançado o livro *Contos Infantis*, de Júlia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira.

Apenas por volta da Proclamação da República é que se pode dizer que a literatura infantil do Brasil teve seu começo (LAJOLO e ZILBERMAN, 2007).

A obra de Pimentel Figueredo, *Contos da Carochinha* (1894), é considerada o marco inicial da literatura infanto-juvenil brasileira. Já no início do séc. XX, no ano de 1904, de Olavo Bilac, juntamente com outro escritor, Coelho Neto, lançarem *Contos Pátrios*. No entanto, todos esses livros, voltados para a criança, chamados de literatura infanto-juvenil, eram obras com

finalidade também moralizante e seus personagens serviam de exemplo para as crianças daquele período. Os meninos mal criados, de má conduta, segundo o entendimento da época, eram castigados, nos livros, para que servissem de exemplo, na vida real. No ano de 1919 é lançada a obra *Saudade*, de Tales de Andrade, não constituindo ainda novidade temática.

São essas obras e escritores que estão na base da literatura infantil brasileira. Todavia, embora houvesse um grande interesse da criança pelas obras que aqui chegavam, elas não constituíam ainda literatura infantil do Brasil, verdadeiramente do nacional. Será somente no início da década de 1920 que o lúdico, o aventureiro, a diversão, enfim, são acrescentados na literatura infanto-juvenil do país. O protagonista já era uma pessoa sujeita a errar e, sobretudo, a traquirar, a aprontar, fruto de uma imaginação exacerbada que leva à prática da ação, sem noção de prejuízo, muito comum às crianças.

Assim, a criança traquina e curiosa começa a fazer parte da nossa literatura, ganhando vida no livro *Narizinho Arrebitado* (1921), de Monteiro Lobato. É a ficção infantil que começa a estar presente nos livros para as crianças. Pouco mais de uma década depois (1933), o escritor lança *Caçadas de Pedrinho*, obra na qual o protagonista – Pedrinho - e sua irmã Narizinho resolvem aventurar-se em uma caçada, sem avisar à avó, num ato de traquinagem e astúcia infantil. Nos anos de 1960, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, entre outros, também começam a escrever para o público infantil, mantendo a linha lobatiana de ludicidade. A partir da década de 1970, livros com temática realística, humorística, policial, investigativa e de ficção científica ganham força, o mercado editorial cresce; cada vez mais as escolas adotam os livros para serem lidos e estudados nas escolas. Na década de 1980, o gráfico ganha força e vida. O investimento em ilustração cresce vertiginosamente. É o “(...) espetacular desenvolvimento da dimensão visual dos livros”, como afirma LAJOLO (2016), em entrevista ao Ceale - centro de Alfabetização, leitura e escrita.

Até aqui, porém, existe a predominância do cânone literário da literatura branca hegemônica, do mesmo modo que também ocorre na literatura adulta. Necessário observar que a literatura negra adulta – tanto a poesia quanto a prosa – já existia, mas com pouca visibilidade. O romance *Úrsula*, de Maria Firmina, por exemplo, também as *Trovas Burlescas* (poesia), de Luís Gama, e os romances de Lima Barreto, além de Cruz e Souza com suas poesias simbolistas. Todos negros.

A produção literária, de modo geral, era realizada por escritores brancos e de situação privilegiada. Dos poucos negros que escreveram, Machado de Assis foi o escritor que se destacou no cenário literário brasileiro. Lima Barreto ganhou, em sua época, fama de beberrão e foi internado no manicômio. Ressalta-se a não citação de literatura específica para um público negro infantil, até este momento desta redação, haja vista ela não existir nos séculos passados. Essa situação se sustentará até a década de 1980 (LAJOLO, 2016).

A LITERATURA NEGRA INFANTIL

Será na década de 1920 (final), que o negro será inserido na literatura brasileira, mas como pessoa inferior, submisso ao branco e não como personagem de relevância dentro das histórias. Os traços diacríticos negros, citados na literatura, eram sempre adjetivados negativamente, como grotescos, exagerados e caricaturais.

Na obra de Lobato, no entanto, a comunidade negra aponta diversos episódios de citações racistas por parte de personagens diversos, entre eles Emília e Pedrinho. No livro *Caçadas de Pedrinho* há a passagem em que Nastácia, senhora negra e empregada do sítio, tenta salvar-se de uma onça: “Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima.”(LOBATO, 1933, p. 23).

A mesma Nastácia também é chamada de *velha*, na narrativa. GONÇALVES (2010) afirma que há palavras citadas na obra de Lobato que representam xingamentos, direcionados para o negro, inclusive na vida real e muito comum nas escolas de hoje.

A exposição de assuntos como o preconceito racial, por exemplo, surge na década de 70. No entanto, a superioridade do branco ainda prevalecia: posição social, beleza e felicidade ainda eram atributos apenas do branco – como pode ser visto em anúncios publicitários e novelas da contemporaneidade, a título de comparação. O personagem negro estava como figurante e não dotado de bons atributos. Não havia representatividade negra na literatura infantil. Príncipes e princesas, heróis e heroínas, família saudável, cabelo “bom”, pele que se evidencia, tudo tributado ao branco.

Será na década de 1980 que uma literatura realmente negra terá a produção inicializada no país. O negro enquanto postulante da valorização de sua cultura, de seus traços e beleza, religião, dança, capoeira e mitos ganham força no mercado editorial na literatura infantil. Os caracteres físicos do negro são introduzidos no livro infantil, como não apenas de marcas físicas que o diferenciam do branco, mas também – e sobretudo - como questão de identidade cultural. Tanto o corpo negro quanto o seu cabelo são traços de sua identidade (GOMES, 2003). Isto significa que anteriormente à década de 80, a criança negra não se via na literatura, enquanto ser de valores morais e de cultura, porque esses traços físicos eram inferiorizados, servindo como ponto de classificação de cultura e servia para hierarquizar os brancos sobre os negros. Nesse ponto, é importante lembrar BOTELHO (2013) que diz haver, na literatura infantil, seis funções. Entre elas nos interessa a lúdica, a literária, a sociocultural e terapêutica. Se a criança negra estiver fora da literatura, enquanto personagem do bem, protagonista de valor, ela não terá uma representatividade positiva, primeiramente porque não se verá como pessoa de

valor. A formação de sua identidade estará comprometida.

A literatura precisa veicular valores culturais e morais de pertencimento. O enaltecimento da criança negra ajuda-a a formar-se enquanto ser, enquanto pessoa, por estar se vendo através do texto. O livro de hoje, destinado à criança, precisa trazer a criança negra correndo feliz, imaginando, brincando, inventando, sendo acariciada por seus pais, sorrindo com os seus amigos, em cenários também saudáveis. É um princípio semelhante ao da construção de identidade da criança branca, que na maioria das vezes já vive em uma situação familiar e social positiva e ainda encontra nas páginas dos livros princípios de escrita e imagem que favorecem a construção de si.

Um dado importante e de orgulho para a literatura infantil brasileira: ela já foi premiada, por mais de uma vez, com o Hans Christian Andersen, o Oscar da literatura infanto-juvenil mundial. Entretanto, todos os prêmios recebidos foram concedidos a escritores brancos. Não por o serem, mas isso mostra o quanto a literatura negra infantil precisa ser ampliada no país e ser escrita por aqueles que tenham a sensibilidade necessária para torná-la forte, livre de estereótipos. Outra notícia boa: isto já vem acontecendo Brasil a fora.

A ESCOLA E A LITERATURA NEGRA INFANTIL

Necessário não esquecer o papel do professor na mediação entre os alunos LIBÂNEO (2004), cuidadosamente, de modo a propiciar a função socioeducativa da literatura, estabelecendo relações entre as crianças, na sala e para além desse espaço de aprendizagem. Imprescindível linchar escola, comunidade e sociedade.

Será assim, na escola, que a literatura infanto-juvenil - com suas múltiplas temáticas - deverá ser inserida e devidamente trabalhada pelos educadores, com vistas a proporcionar aos educandos (pequenos leitores) o desfrute de assuntos concernentes à cultura

e religiosidade negra, principalmente na escola pública, para onde converge o pequeno cidadão negro, oriundo em grande parte de áreas de risco social. A escola, referindo-se à Educação Infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular, (...) precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade. (BNCC, 2017).

A criança precisa construir a criticidade em suas experiências, através das práticas propiciadas pela escola, tendo o professor como mediador dessas experiências pedagógicas, mas importantíssimas para a vida social dela. A identidade será construída passo a passo, no ambiente escolar, por meio de livros que primem pela diversidade de assuntos, possibilitando a construção de um clima agradável de respeito entre todos.

A criança, na escola, será apresentada ao livro, ao fantástico mundo do faz-de-conta presente nas páginas da literatura e será estimulado à leitura, pelo docente SILVA (2014). Por isso o exemplo do professor é importante na educação infantil como estímulo ao ato ler, para que a criança leve o hábito de leitura até sua fase adulta.

Isto, todavia, no que concerne à criança negra, só se fará possível ela sentir-se representada nas páginas dos paradidáticos, favorecendo a aquisição de conhecimentos e da melhora significativa de sua autoestima.

Abrir um livro e não haver nele o negro, os traços, as tradições, linguagem, música, nada enfim que remeta ao seu dia a dia, ao seu mundo, é receita de afastá-lo de seu universo e aproximá-lo do universo do outro (do branco) a quem ele quererá ser igual.

A pessoa do profissional da educação se fará presente nessa hora, levando à sala a literatura infantil negra. No entanto, é preciso que se propicie

“(...) formação específica para o professor de Ensino Fundamental, (...) com as

condições necessárias para identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos.” (SILVA, 2001)

Assim, o professor ajudará realmente ao estudante-leitor negro a se conscientizar de que ser negro é uma condição natural e boa, tanto quanto ser branco. Sem boa formação e vontade, o professor só irá reforçar o que deve desconstruir e manterá a criança negra na invisibilidade.

Quanto mais se introduzir a literatura negra entre as crianças negras, maior familiaridade com os assuntos que são de suma importância para a enegrecência delas e maior contributo para o autorrespeito e respeito ao outro. A escola precisa desconstruir a imagem negativa imposta ao negro, desconstruir estereótipos que trouxeram e trazem prejuízos os mais diversos para a população negra brasileira.

Nos dias de hoje, há uma farta literatura negra infanto-juvenil no mercado, composta por excelentes livros e propícios a serem inseridos em sala de aula.

A Língua Portuguesa pode contribuir com a Lei 10.639/03, que indica ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas. No caso de África, pode haver desconfiância entre pais, professores e sociedade, já que não estão naquele continente, no entanto, as similitudes com o Brasil são grandes. Há uma “realidade antropológica e cultural semelhantes entre o Brasil e a África;” (Melo, 2012, p. 5).

O estudo de África não deve acontecer só pela obrigatoriedade, mas também pela aproximação entre Brasil e o continente africano. Por isso, é relevante a apresentação de livros que trazem os componentes já elencados anteriormente, como a afetividade e os traços diacríticos, entre outros.

A escola, enquanto espaço de construção de saberes, deve tentar reverter a imagem negativa que se fez do negro durante mais de três séculos. Ela tem a

responsabilidade de desconstruir a imagem que outrora ajudou a construir, em relação à população negra (GOMES 2003). O poder é o mesmo. Cabe à instituição escolar fazer o papel inverso, no presente, introduzindo o livro de escritores negros na sala, bem como proporcionando aos pequenos a visita desses escritores para bate-papo com os estudantes e outras atividades correlacionadas com a literatura negra.

Cabe ao educador estudar e entender como se deu essa falsa construção da identidade negra e assumir o compromisso de conduzir as crianças à nova compreensão da identidade negra brasileira e africana.

Exemplificando o livro de literatura negra infantil, destaca-se aqui a obra *As tranças de minha mãe*, da escritora baiana Ana Fátima, mulher negra e grande sensibilidade posta a serviço da escrita destinada a criança negra. Com cuidado, carinho e sapiência, ela escreve uma narrativa cheia de valores de pertencimento, como ancestralidade, carisma, alegria, traços físicos e diálogo - entre Akin, sua mãe Najuma e seu pai Amin. Os traços negros, evidentes no corpo, são antes fonte de conhecimento em relação a si mesmos, ao povo negro e, conseqüentemente, motivo de orgulho para a família. As tranças maternas são braços de acolhimento para pequeno Akin. As ilustrações, em perfeita harmonia com a história, também feitas por uma mulher negra – Quezia Silveira – artista urbana, realçam a beleza das personagens e contribuem para a riqueza estética do livro. Os nomes dos componentes da família são africanos, o que desperta a curiosidade dos jovens leitores, querendo saber o significado deles e assim mergulham na história de África.

“Muitas são as páginas nas quais encontramos Akin, debruçado sobre livros, além de complementar o conhecer da sua história pelo contar dos pais, orgulhosos que são de sua negritude.” (FERNANDES, 2019)

Um belo livro que encanta, emociona e importante para a criança negra orgulhar-se de si, de seus traços, de sua família, de sua ancestralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou a trajetória da literatura negra infantil, no Brasil, obedecendo à cronologia por meio da qual sucedeu, do século XIX e século XX, adentrando pelo início do século XXI; do período em que o negro apenas era citado (e de forma desrespeitosa) até a contemporaneidade, em que o mesmo ganha status de protagonista nas mais diversas narrativas. O negro, nos dias de hoje, está na literatura infantil na qualidade de protagonista do bem. Também mostrou o quanto é importante a literatura negra infantil para a criança negra, principalmente da periferia, carente de afeto e referências positivas. O quanto esse segmento literário é representativo de um grupo, cuja imagem e necessidades e dores pouco foram colocadas nas páginas das histórias em outros tempos, como também poucos representantes negros tiveram espaço na farta produção literária brasileira, iniciada já no século XVI e a pleno vapor nos dias de hoje. A escrita dos autores negros no Brasil foi sutilmente silenciada, “engolida” pela literatura predominante ao longo da história literária brasileira, feita por escritores brancos, que além de lida pelas classes privilegiadas, também foi inserida nas escolas, através dos livros de literatura, dos para-didáticos e dos recortes para exemplificar os assuntos da gramática normativa. Hoje, no entanto, a produção literária negra é farta, os escritores estão espalhados pelo país, fazem parte de mesas nas festas literárias, estão nas faculdades, em congressos e eventos outros, além de possuir um público fidedigno. Corroborou-se a importância da leitura na infância, a força de ressignificação do mundo e de construção dele, por meio do livro. No que se refere à criança negra, sua identidade será construída positivamente agora, e não

mais de modo negativo, jocoso, criminal. Sua imagem e do povo negro, de modo geral, será – e já está sendo – narrada por escritores que resgatam a historiografia da população negra, através de personagens protagonistas, identificados com seus cabelos e demais traços estéticos, apontados e destacados como belos, pessoas felizes e amorosas com seus filhos e amigos, como também a explicitação da religiosidade, assumindo-se seus deuses e práticas milenares, línguas, danças e cultura como um todo, não esquecendo-se, claro, das denúncias e lutas necessárias. A substituição da condição de cidadão inferior, na literatura infantil ao longo de muitos anos, pelo protagonismo negro.

Os livros infantis de literatura negra estão a cada dia mais bem diagramados, ilustrados, trazendo nas suas páginas histórias escritas por negros, que vivenciaram ou vivenciam questões próprias de quem é negro no Brasil. É uma escrita que tem o devido um lugar de fala.

Em um futuro próximo, quem sabe! o prêmio Hans Christian Andersen contemple mais escritores brasileiros... negros dessa vez.

REFERENCIAS

BLANCO, Melissa. Disponível em <https://bebe.abril.com.br/gravidez/importancia-da-leitura-para-os-bebes/>. Último acesso em 26 de dezembro de 2019.

BOTELHO, Rafael Guimarães. Las funciones de la literatura infantil en la educación. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 61, n. 3 (especial), p. 1-10, 2013. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1080>. Último acesso em 06/01/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Último acesso em 25 dez. 2019.

FÁTIMA, Cruz dos Santos, Ana. As tranças de minha mãe. ilustrações Quézia Silveira. São Paulo : Editora Uirapuru, 2018.

FERNANDES, Hildália. As tranças de minha mãe: imagem e desdobramentos para além do tempo. Disponível em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/resenhas/infanto-juvenil/1152-as-trancas-de-minha-mae-ana-fatima>. 2019. Último acesso em 25 de janeiro de 2020.

GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte. 2002. Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Ana Maria. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ana-maria-goncalves-lobato-nao-e-sobre-voce-que-devemos-falar/> Último acesso em 02/01/2020

LAJOLO, Marisa. Disponível em www.ceale.fae.ufmg.br/historia-da-literatura-infantil-entrevistas. Último acesso em 26 de dezembro de 2019

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. Literatura Infantil Brasileira: história e histórias. 6ª edição. São Paulo: Ática, 2007.

LIBANEO, José Carlos (2004). A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov. online: Brasileira de Educação. pp. 5–24

LOBATO, Monteiro. Caçadas de Pedrinho, 60ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1933].

MELO, João. As literaturas africanas começam a chegar no Brasil. Minhas Gerais, Belo Horizonte. Jul._agos. 2012, p. 5. SupleMentG.

SILVA, Maria da Conceição. A Literatura E O Incentivo à Leitura: Monteiro Lobato como ponto de partida. 2014.

SILVA, Ana Célia da. Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático: 1ª ed. Salvador: Edufba, 2001.

O “NÓIS POR NÓIS” NA POESIA NEGRA PERIFÉRICA

THE “FOR US, BY US” IN BLACK POETRY FROM THE MARGINS

Marcos Antonio Santos Souza ¹
Cristiano de Assis Silva ²

RESUMO

Este presente artigo é o resultado do estudo sobre a ideia de união de pessoas negras, presente em suas produções poéticas da periferia, necessária para o combate ao racismo, ao preconceito à favela e à comunidade. Reafirmamos a força da poesia negra, cuja realização se dá em espaços onde ganha força e legitimidade, que são os saraus. Conceituamos estes, os Coletivos, os slams e outras ações dos agentes culturais de bairros invisibilizados. Apresentamos jovens poetas e suas produções, cujos trechos referem-se à proposta do artigo. Este trabalho apresenta como objetivo geral revelar em poesias da periferia a ideia de ligação, junção, quilombismo (o “nóis por nóis”). Trazemos como objetivos específicos discorrer sobre o fortalecimento negro fruto dessa união, definir o que é favela, discorrer sobre seu histórico (surgimento e descriminalização do espaço e da população), confrontar ideologias, revelar poetas e ações periféricas. Utilizamos o método de ampla e cuidadosa pesquisa bibliográfica, realizada sob a análise de especialistas, tais como de Nascimento (1980), Sousa (1983), Bakhtin (2003, 2004), Gomes (2003), Silva (2004), Evaristo (2005), Marx e Engels (2007), Tennina (2013), Lopes (2018) e a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), todos de suma importância para discorrer sobre o assunto e alcançar nossos objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: favela; periferia; poesia negra periférica; união; fortalecimento.

ABSTRACT

This article is the result of a study on the idea of the union of black people, which is present in their poetic expressions of the periphery and so necessary to combat racism, prejudice against the “favelas” (Brazilian slums) and their community. We reaffirm the strength of black poetry, which takes place in spaces where it gains strength and legitimacy, which are the soirees. We conceptualize these, the Collective Movements, the Poetry Slams and other actions of the cultural agents of rendered invisible neighborhoods. We present young poets and their productions, whose passages refer to the proposal of the article. This work has as its general objective to reveal in poetry from ghetto the idea of connection, junction, “quilombismo” (“for us, by us”). We have as specific objectives to talk about the black empowerment resulting from this union, to define what “favela” is, to talk about its history (emergence and decriminalization of space and population), to confront ideologies, to reveal poets and ghetto actions. We used the method of extensive and careful bibliographic research, carried out under the analysis of specialists, such as Nascimento (1980), Sousa (1983), Bachtin (2003, 2004), Gomes (2003), Silva (2004), Evaristo (2005), Marx and Engels (2007), Tennina 2013, Lopes (2018) and the Constitution of the Federative Republic of Brazil (1988), all of paramount importance to discuss the subject and achieve our goals.

KEYWORDS: slum; outlying ghettos; peripheral black poetry; unity; empowerment

¹ Mestrando em Ciências da Educação, pela ACU – Absolute Christian University. E-mail: marcospeix2@gmail.com | Currículo Lattes: <http://Lattes.cnpq.br/0240030556776100>

² Coordenador Acadêmico da ACU – Absolute Christian University. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU – Absolute Christian University. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialista Nutrição Clínica pela Universidade Veiga de Almeida. Especialista em Metodologia de Ciências Biológicas pela Faculdade Mario Schenberg. Especialista em Oratória da Transversalidade de Fala para Formação de Professores – UFES. Licenciado em Ciências Biológicas - IFES. Bacharel em Nutrição, Faculdade Salesiana de Vitória. E-mail: cristiano.wc32@gmail.com | Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/7723981451094769

INTRODUÇÃO

Diversas vezes, em saraus periféricos de Salvador-BA, ouvimos a expressão *nóis por nóis*, que significa *estamos juntos, unidos, cooperativos, podemos contar uns com os outros*. O fortalecimento dos atores sociais da periferia é urgente, cujo caminho é conhecerem sua própria história, seus antepassados e valorizarem a si mesmos e o solo onde nasceram. A poesia feita por eles tem sido relevante nesse contexto; ela surge em comunidades e os poetas se fortalecem, tornam-se “(...) autores de suas próprias histórias e reinventando formas de sobreviver culturalmente.” (LOPES et al., 2018, p. 700). O uso da linguagem poética contribui para concretizar os discursos que se transformam em ação benéfica à localidade da qual fazem parte. Neste artigo, apresentamos argumentos baseados nos conceitos de linguagem e discurso levantados por Bakhtin (2003), (2004) e de quilombismo (Nascimento, 1980), bem como de cultura e ideologia desenvolvidos por Marx (2007), a ideia de escrevivência e união feminina (Evaristo, 2005), entre outros autores, além do discurso de que é importante estar unidos - presente nas poesias de escritores do gueto - ecoando nos espaços dos saraus negros brasileiros.

Este artigo objetiva apresentar essa ideia, presente em produções poéticas da periferia, declamadas nos saraus, proporcionadas pelos coletivos e espalhadas pelo Brasil afora nas batalhas de poesia (slams). Exemplificamos com poesias de artistas das cinco regiões do país. São Paulo e Rio de Janeiro, nascedouro dos Coletivos e cidade de surgimento das favelas, respectivamente; Salvador, cidade onde convivemos com a cena periférica; Rio grande do Sul, onde muitos ignoram que há saraus e coletivos negros; também artistas do Acre e Mato Grosso - estados onde a sociedade lembra apenas de índio e floresta, açaí e música sertaneja, ignorando a produção poética (negra) dessas regiões. Dividimos o artigo em blocos para

melhor organização: inicia-se com o resumo da origem da favela brasileira e a discriminação a ela; segue-se com o conceito de sarau, coletivo e slam, para entendermos como se articulam e funcionam; no terceiro bloco, apresentamos o *nóis por nóis*, que beneficiam não apenas os artistas, mas toda a população de regiões marginalizadas e também expomos e discutimos fragmentos de seus poemas, em que há a ideia de união. Concluímos no quarto bloco, ratificando que a ideia do *nóis por nóis* está contida na poesia negra periférica.

METODOLOGIA

Salienta-se essa pesquisa com natureza qualitativa, sendo aplicado enfoque descritivo, não experimental, traçando e abarcando cunho bibliográfico trazendo a fundamentação teórica através de sua temática, abordando questões relacionadas a denominações de relação étnicas e raciais.

FAVELA E DISCRIMINALIÇÃO

Ela é populosa, negra e discriminada. Carece de melhor saneamento básico, transporte, saúde entre outros serviços essenciais. Falta-lhe a presença do Estado. Seus casebres estão construídos em barrancos ou charcos. Seu nome é referência ao Morro da Favela, local onde havia uma flor homônima em abundância, no sertão baiano, nos arredores do qual se deu a Guerra de Canudos (1896-1897). Findo o combate, os soldados do exército, deslocados do Rio de Janeiro para o fronte na Bahia, retornam à capital do Brasil e são direcionados ao morro da Providência, local destinado pelo governo para que pudessem construir suas moradias. De modo geral a favela é fruto da falta de urbanização, da desigualdade social, do desprezo político, do racismo.

O olhar discriminatório para uma pessoa, um lugar, ou para ambos, surge de uma intenção, que pode

ser introduzida na cultura e funcionar como meio de propagação da ideologia dominante (MARX, K; ENGELS, F. 2007), de modo sutil, imperceptível até, mas assimilatório. Não houve nas favelas investimentos em infraestrutura, nem em saúde, educação, lazer, arte, entre outros, desde sua origem. Desse modo, a discriminação não foi por acaso; o medo branco (NEDER, 1997) se desenvolvia a pouco e pouco na sociedade carioca do final do século XIX, feita de um “Sistema escravocrata, Pigmentocrata, Diplomata, canudocrata” (FRANÇA, 2018).

Desde as ocorrências político-sociais de 1888 e 1889 (a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, respectivamente), que esse medo era sentimento crescente no Rio de Janeiro, onde a aristocracia da cidade vivia em estado de alerta constante. Essa ideia de inferiorização “(...) perdurou mesmo depois da desagregação da sociedade escravocrata, e da sua substituição pela sociedade capitalista.” (SOUSA, 1983, p. 20). Tornou-se comum a polícia realizar diligências para coibir confusões atribuídas aos negros dos morros, que eram violentamente presos - para satisfação da burguesia. Dessa maneira, o olhar para a favela e o favelado ligava-se ao perigoso e se delineou na sociedade brasileira paulatinamente.

Assim tem sido ao longo do tempo. Mesmo o morador da favela tendo se tornado cidadão e conseqüentemente tendo direitos reconhecidos na Carta Magna em 1988 (BRASIL, 2019), jornais ainda hoje noticiam a prisão de negros, adjetivados de “vagabundos” e “marginais”. Trabalhadores? Estudantes? Artistas? Parecem inexistir. Porém, veiculam-se nos becos, ladeiras, morros e quebradas outras palavras - concretização de outras ideias - engrandecedoras e transformadoras da periferia e da favela, pela ação de seus artistas diversos, entre eles os poetas, que utilizam a literatura para criar novos e positivos contextos.

SARAUS, SLANS E COLETIVOS NEGROS

Do latim “tarde”, os saraus surgem no Brasil no século XIX e eram sinônimo de status nas sociedades fluminense e paulista; as reuniões ocorriam em espaços diversos e entraram pelo século XX, com pompa, pratos finos e presenças importantes, como Mario e Oswald de Andrade. Um desses espaços foi fundamental para a Semana de Arte Moderna, ou mesmo seu berço (SILVA, 2004, apud TENNINA, 2013).

Contrariando a lógica burguesa, a periferia está recebendo eventos os mais diversos, inclusive de literatura, organizados por artistas locais, que formatam os eventos a partir das próprias vivências e necessidades, haja vista uma “das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo”. (SOUSA, 1983, p. 17).

Os coletivos de arte são associações de artistas para articularem cultura de resistência em regiões pobres, onde promovem saraus, slams, festivais das mais diversas artes.

A Cooperativa Cultural da Periferia o Coletivoz surgem nos anos de 2001, na capital Paulista, fundadas pelo poeta Jorge Vaz e colaboradores; eles já organizaram, entre outros, a Semana de Arte Moderna da Periferia, uma resposta à cultura homogeneizada, “A Periferia unida, no centro de todas as coisas.” (VAZ 2008) (grifos nossos).

Os saraus são denominados de espaço de afeto Tennina (2014), à medida que para ali convergem os locais e os de bairros mais estruturados. Sem glamour e com portas abertas, a população, admiradores e artistas chegam à vontade, em bermuda, camiseta e pés em sandálias. Abraçam-se, conversam animadamente e a poesia acontece ao longo das horas. O slam poético se caracteriza pela poesia falada, chegado ao Brasil em 2008, por Roberta Estrela D’Alva, poeta e slamer, sendo realizado pela primeira vez, na Vila Pompeia, São Paulo. A poesia de slam deve ser autoral e oralizada em até

três minutos. O júri classifica quem segue na disputa. Os vencedores dos slams estaduais, vão para o Slam BR, evento de poesia dos mais esperados do país.

Os Coletivos articulam as ações socioculturais na periferia. O sarau é uma dessas ações. O jovem sente-se à vontade para fazer uso de linguagem sem rebuscamento, utilizada para a denúncia e para a autoafirmação. A juventude identifica-se e aprende, descobre que seu corpo negro, cabelos crespos e demais traços diacríticos (GOMES, 2002) é que conferem a ela identidade; reconstitui, desse modo, a memória do povo negro, marcando na poesia o nome dos heróis de Brasil e África, esquecidos dos livros didáticos. Unidos no discurso, a consequência é melhor autoestima e a enegrescência: periferia fortalecida.

NÓS POR NÓS

“Em vez de mudar da periferia, resolvemos mudar a periferia”. (VAZ, Sérgio, 2019). Para isso agentes culturais iniciaram a produção de vasto material de valorização negra. No caso da poesia, ela é declamada em ambientes diversos, publicada em antologias, em livros autorais, denunciativas de suas intencionalidades, que para Bakhtin (2003, p. 330) é um dos “fatores determinam um texto e o torna um enunciado”; o outro é a execução. Apropriam-se da linguagem, de intenções, atitudes, executam produção poética e ações sociais nas comunidades. Valorizam a favela, combatem o discurso elitista. Tomados de sentimento coletivo, sensibilizam outros e todos soerguem suas vozes em versos irregulares e diretos, defendem a favela, como o poeta Kuma França, e reconhecem que

Minha quebrada é uma mãe preta
Que todo dia se desloca,
Sai da toca, da maloca
Pros seus filhos enterrar
(FRANÇA, 2018)

O poeta soteropolitano afirma que a favela é mãe (proteção, acolhimento) e preta, que por seus filhos sai à luta diária, mas a maior batalha é ter que enterrar seus rebentos, a secular face mais triste das quebradas. O *nóis por nóis* está na valorização da favela, reconhece-la como *minha*. Nesse ponto, o poeta W-Black, da Providencia - Rio de Janeiro, também segue a ideia de valorizar sua morada. Apesar da

Realidade instável, pouco amável
E assim, ainda assim eu realizo
Me chame de improvável
Mais! Muito mais!
Habilidade de voz de a capela
Construtor, malabarista de viela
Me chame de favela”
(Me chame de favela)
(W. BLACK, 2017)

O artista é a favela e todos aqueles que estão unidos no discurso também o são. Os moradores passam a se sentir favela. Por isso ela está em transformação e os agentes se declaram crias dela; jovens que vêm se mostrando na cena político-cultural. Eles se organizam em Coletivos e saraus, captam recursos para o bem da periferia, sustentados pela ideia de Quilombismo, que são os quilombos, criados pelos negros fugidos e instituições legais de hoje, além de suas práticas libertárias (NASCIMENTO, 1980).

As mulheres negras também precisam unir-se. Há, para Conceição Evaristo, reciprocidade na fala dos que lembram o outro, quando “Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si” (EVARISTO, s/d, p.7).

A poeta carioca Carol Dall Farra, em entrevista ao O Livro coaduna com Evaristo ao afirmar que “Enquanto mulher negra e periférica sinto que abordar discussões de gênero, classe e etnia é dar visibilidade *aos meus iguais*” (FARRA, 2019) (grifos nossos). Ela denuncia a violência doméstica e chama à luta, vislumbrando algo melhor adiante, por isso diz que embora

Encarceradas
Nós precisamos mudar (...)
Derruba essa parede
Que o padrão subiu (...)
Levanta! Essa tarefa é tua
É dura, é árdua, mas não é o fim de tudo
Depois dela virá liberdade e decisão
Essa é tua escolha, tá na tua mão!
(FARRA, 2019) (grifos nossos).

Por não haver amor do homem pela mulher (preta), ela é alvo predileto da violência masculina, como denuncia Nati de poesia, poeta do Acre.

Vocês não gostam de mulher
Gostam é de casa limpa da roupa lavada
Do cheiro de flor no pescoço dela
Vocês gostam da flor do pescoço dela
Vermelha igual ao sangue que escorre
Pelos lábios dela
Um murro! Um murro!
Pow!
(POESIA, 2019)

No entanto, ela não é obrigada a continuar uma vida de subordinação e pode escolher mudar, derrubar a parede do cárcere-casa. É preciso lutar, e assumir-se negra é fundamental, como Cristal Rocha, poeta gaúcha, que afirma

Sou preta sim
Não nego meu instinto de sobrevivência
E sobre viver aprendemos de gerações em gerações
(...)
E não espere que não façamos revolução
A vitória de uma é glória pra todas
Esses são nossos valores reais
E nada me abala nada me quebra
Nada me machuca mais
Porque hoje eu semeio e floresço
Mesmo vivendo com espinhos
Nesse chão de concreto
Crescendo com minhas iguais
(ROCHA, 2018) (grifos nossos).

É a união feminina que fortalece para os percalços do dia a dia, presentes no social e dentro de casa.

Mas a poeta Pancha Ana, de Rondonópolis-MT, lembra que a violência contra a mulher é também institucionalizada. O Estado violenta suas cidadãs, pela manutenção do sistema de patriarcado

Que não tem mais onde por leis
Agora quer cuidar do meu útero para mim
Que o ventre é de vocês
(...)
Mãe, abençoa, abençoa minhas irmãs
Que tão na luta, no corre, na labuta
(...)
Abençoa também *minhas irmãs*
Que não tão mais aqui”
(ANA, 2019) (grifos nossos).

Kuma França, referindo também às mulheres, mas àquelas internas de uma Case, diz “Eu não vejo adolescentes que cometeram crimes. Elas são artistas, diamantes brutos, que a gente está lapidando”. (FRANÇA, 2019). Acolhidas, ouvidas, instruídas sobre suas origens, como faz Kuma França na Case da Bahia, a autoestima será elevada e poderão desenvolver suas potencialidades intelectuais e artísticas. Assim, poderão fazer a revolução, que para o poeta Sandro Sussuarana, fundador do Sarau da Onça, em Sussuarana-Salvador

A revolução não será com armas
Mas com livros e a *favela toda* graduada
(SUSSUARANA, 2018) (grifos nossos).

Bakhtin (2003), intercrusa linguagem e fenômenos sociais, como consciência classista. Elas representam relações dialógicas e têm com consequência a tensão entre enunciados, por pautar-se em maneiras diferentes de posicionamento. O chamamento do poeta exalta a importância do livro para o crescimento negro, fundamental para o confronto.

Sempre foi dificultado ao negro o acesso ao livro, enquanto leitor e escritor, mas as iniciativas, pensando na coletividade, vem mudança de pouco a pouco esse quadro.

Em denúncia à manutenção do poder pelos brancos, NASCIMENTO (1980) diz que o poder, renda e bem-viver estão exclusivamente com eles e que por isso urge ao negro defender-se.

Para o poeta Sandro Sussurana os livros, o estudo, a academia são os meios de estabelecer essa defesa. Ele fala da favela graduada; buscar o conhecimento científico, desenvolver argumentos, para conhecer e contrapor o outro, em lugar de aceitar discursos hegemônicos passivamente.

Bakhtin (2004, p. 98) afirma que “toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal”. Os jovens da periferia têm se organizado e escoado seus versos na comunidade e para além dela, em resposta ao racismo estrutural, apropriando-se de conteúdos diversos e exteriorizando-os através da poesia, de modo próprio, dialógico, em tensão com as formas hegemônicas de há séculos.

O poeta Sérgio Vaz também postula a necessidade do *nóis por nós*, na poesia *Novos dias*

Abra os braços. *Segure na mão de quem está na frente e puxe a mão de quem estiver atrás.*

Não confunda briga com luta. Briga tem hora para acabar, a luta é para uma vida inteira.

O Ano novo tem cara de gente boa, mas não acredite nele. Acredite em você.

Feliz todo dia! (VAZ, 2011, p.15) (grifos nossos).

Quanto é primordial não esquecer ninguém, nenhum ficar para traz, segurar a mão de quem vai à frente! Mas lembrar que atrás há alguém que precisa da mão do outro. Trazê-lo junto é fundamental. Coletividade e não individualidade.

Nesse sentido, Almeida de Jesus (2018), poeta de Jequié-BA, lançou em 2018 o livro *Poéticas Periféricas: novas vozes da poesia soteropolitana*, obra que reúne

uma centena de poetas de diversos saraus soteropolitanos. Para ele

Os artistas da palavra aqui representados são uma pequena parcela da grande quantidade de escritores, dos quais pouco se conhece, por conta do racismo estrutural que torna quase impossível a publicação, circulação, fruição da poesia da periferia negra. (ALMEIDA DE JESUS, 2018, p. 03)

Só não é mais difícil por conta da iniciativa de agitadores culturais como Sérgio Vaz e Valdeck Almeida de Jesus, entre outros, como os poetas anteriormente citados, que são também envolvidos em projetos de cultura em suas periferias.

No entanto, Kuma França (2017) faz um alerta em relação ao *nóis por nós*, que serve para fortalecer a ideia e alertar os ingênuos, ao dizer que

O paradoxo do nós por nós
Nos rodeia de constrangimento
Onde agindo como Dado Dolabella
O mano mira ser um Abdias do Nascimento.

Enquanto que *do seu lado*
Há um irmão que é adubo
Fertilizando o solo de conhecimento
Ele prefere tudo que é de fora
E fazer da merda o melhor monumento.
(FRANÇA, 2017)

Assim, o poeta alerta para o perigo de quem vive com base em modelos capitalistas e quer ser igual aos modelos negros de luta e resistência. Eis o paradoxo, tendo em vista que falam da ideia de irmandade e quilombismo, mas se distanciam da prática, embora empunhem o discurso. O indivíduo fala de referência negra, mas age e pauta-se nas vivências de pessoas que não são referência, nem pela cor de pele, nem pelo modo de como vive, bem longe do discurso e das vivências diárias do povo negro.

Como exemplo dessa vivência, importa lembrar que de espaço discriminado, desorganizado e

esquecido, à região de produção cultural, social e política, a favela conta, há vinte anos, com a CUFA (Central Única das Favelas), criada da união de jovens de favelas diferentes que buscavam oportunidades para expressar suas atividades. A CUFA as promove e tem sido relevante também nesta época de pandemia, em que presta ajuda, desde a psicológica e financeira, à instalação de pias com sabão e gel nas ruas de diversas cidades do país, em regiões periféricas. É *o nós por nós* em tempos de severa crise de saúde e política públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A favela e a periferia têm se destacado como polos de produção multicultural. A poesia está sendo uma das principais manifestações do gueto. A cada dia, novos artistas surgem, influenciam outros e todos cuidando de cada um. Os poetas, imbuídos do sentimento de união, de quilombismo, escrevem sobre temas silenciados no passado.

A poesia das quebradas encanta e atrai público aos espaços da favela. A linguagem direta, despudorada, somada à temática, desperta interesse e leva à transformação social. Os coletivos, como grupos culturais organizados, promovem movimentos em áreas antes invisibilizados, principalmente saraus. O slam se constitui como batalhas do bem e contribui para a ascensão de jovens promessas, negros que se destacam pelo talento ímpar e têm a chance de conhecer outros estados e cantar a sua “quebrada”.

A poesia flui fácil de seus lábios, subvertendo a lógica burguesa de que a favela não é lugar de arte. O negro hoje está na literatura na condição de sujeito ativo do bem como protagonista e segue enegrecendo a si e ao outro, aquilombando-se, sem fugir ao enfrentamento de ideias, fortificado para a luta contra o racismo. É a periferia unida pela ideia do *nós por nós*.

REFERENCIAS

ALMEIDA DE JESUS, Valdeck (Org.). Poéticas periféricas: novas vozes da poesia soteropolitana. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2018. Disponível em <https://rl.art.br/arquivos/6384948.pdf> último acesso em 13 de junho de 2020.

ANA, Pancha. Meu corpo. Eu decido. Vocês calam. 2019. Disponível em <https://upload.latest.facebook.com/manoseminas/videos/434112350713732/> Último acesso em 11 de junho 2020.

BAKHTIN, Michail M. Linguaggio e Scrittura. Roma: Meltemi Editore, 2003 (A cura di Augusto Ponzio).

_____. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. Estética da criação verbal. 4 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. — Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. Disponível em <file:///C:/Users/marco/Desktop/ead/mestrado/leituras%20p%20disserta%C3%A7%C3%A3o/constitui%C3%A7%C3%A3o%2088.pdf> último acesso em 13 de junho de 2020.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. Universidade Federal Fluminense – UFF, (s/d).

_____. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.) Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Idéia Editora Ltda, 2005. p. 201-212.

FARRA, Carol Dall. Poesia marginal é atração desta quarta-feira no SESC Arsenal. 2019. Disponível em <https://olive.com.br/poesia-marginal-de-dall-farra-e-atracao-desta-quarta-feira-no-sesc-arsenal> último acesso em 11 de junho de 2020.

_____. Encarceradas. 2019. Disponível em <https://medium.com/@pacsinstituto/eu-mulher-baixadense-resisto-6f154ee1dd9e> último acesso em 11 de junho de 2020

FRANÇA, Kuma. Manos e Minas – slams. 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=m9rjggplNOU> último acesso em 15 de junho de 2020

_____. Adolescentes da Case Feminina apresentam sarau de artes integradas. 2019. Disponível em <http://www.ba.gov.br/noticias/adolescentes-da>

case-feminina-apresentam-sarau-de-artes-integradas
último acesso em 13 de junho de 2020.

_____. [Slam BR 2017 – final]. Kuma França –
(R)evolução – Legendado. www.youtube.com Disponível
em <https://www.youtube.com/watch?v=wHUDHZQJt4>
Último acesso em 16 de junho de 2020

GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da
identidade negra nos saloes étnicos de Belo Horizonte.
2002. Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – LOPES,
Adriana C. et al. Letramentos de Sobrevivência:
costurando vozes e histórias. Revista da ABPN, v. 10, Ed.
Especial – Caderno Temático: Letramentos de
Reexistência, jan. 2018.

MARX, K; ENGELS F. primeira parte. In: KARL MARX,
ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo,
2007.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito
emergente do processo histórico-cultural da população
afro-brasileira. 2013. Disponível em
<https://afrocentricidade.wordpress.com/2013/10/11/quilombismo-um-conceito-emergente-do-processo-historico-cultural-da-populacao-afro-brasileira/> último
acesso em 13 de junho de 2020.

NEDER, Gizlene (1997). Cidade, identidade e exclusão
social. Revista Tempo, Volume 2, n. 3, junho,
Departamento de História da UFF.

POESIA, Nati de. Vocês não gostam de mulher 2019.
Disponível em
<https://www.facebook.com/SlamDasMinasAC/videos/vb.350534712457968/396653080913186/?type=2&theater>
último acesso em 11 de junho de 2020.

ROCHA, Cristal. 05 slam Cristal Rocha. 2018. Disponível
em https://www.youtube.com/watch?v=b0l5wk_OhYc
último acesso em 11 de junho de 2020.

SILVA, Ana Célia da. Desconstruindo a discriminação do
negro no livro didático: 1ª ed. Salvador: Edufba, 2004.

SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes
da identidade do negro brasileiro em ascensão social.
Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SUSSUARANA, Sandro. Favela Graduada. Disponível em
<https://sandrosussuarana.wordpress.com/2018/09/25/favela-graduada/>. Último acesso em 15 de junho de
2020.

TENNINA, L. Saraus das periferias de São Paulo: poesia
entre tragos, silêncios e aplausos1. Tradução de Paulo
Thomaz. est. lit. bras. contemp., Brasília, n. 42, p. 11-28,
jul./dez. 2013. Disponível em:
www.scielo.br/pdf/elbc/n42/01.pdf. Acesso em: 13 de
junho de 2020.

VAZ, Sérgio. Cooperifa: antropofagia periférica. Rio de
Janeiro: Aeroplano, 2008. p. 235).

_____. Literatura, pão e poesia. Novos dias, p.
15. Global, 2011.

_____. Poesia efetiva e humanista forma
debate de Sérgio Vaz, hoje (07/05), no DF. Disponível
em
https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/05/07/interna_diversao_arte,753421/sergio-vaz-encampa-a-literatura-e-a-poesia-em-debate-no-plano-piloto.shtml. Último acesso em 13 de junho de
2020.

“SER HOMEM” NA CONTEMPORANEIDADE: REPRESENTAÇÕES A PARTIR DE TEXTOS JORNALÍSTICOS**"BE MAN" IN THE CONTEMPORANEITY: REPRESENTATIONS FROM JOURNALISTIC TEXTS**Juliano Coimbra Dos Santos ¹**RESUMO**

Os estudos sobre gênero social têm despertado grande atenção nos diversos campos disciplinares e contribuído para um aumento significativo da quantidade de investigações ordenadas que abrangem a referida temática. Nesse contexto, esse trabalho buscou investigar, a percepção da identidade masculina em textos jornalísticos, a partir da Teoria das Representações Sociais. Para tanto, foi apresentado o conceito de representações sociais, bem como, o que é ser homem na antiguidade, precedido do que é ser homem na contemporaneidade, a partir da visão de diversos teóricos e em observância aos resultados obtidos por meio dessa pesquisa. Para a coleta de dados, foram utilizados textos do jornal A GAZETA, que é um jornal de grande circulação no Estado do Espírito Santo. A amostra foi composta de textos publicados aos domingos no período entre primeiro de julho a 31 de dezembro de 2018. Foram utilizados somente os textos do caderno CIDADES, que traz assuntos gerais, porém, atendo-se ao objeto da pesquisa. Os principais resultados da pesquisa, apontaram, que não há um único modelo do que é ser homem na contemporaneidade, tão pouco um modelo hegemônico seguido desde a antiguidade, constata-se ainda, constantes processos de transformação e mudanças. Nesse sentido, é perceptível a busca por parte de um quantitativo masculino, que foge a regra, de uma identidade que de fato lhe represente, distante dos julgamentos, opressões e rejeição, devido muitas vezes não darem conta de responder ao padrão hegemônico socialmente instituído desde a antiguidade.

PALAVRAS-CHAVE: Homem; Identidade Masculina; Representações Sociais.

ABSTRACT

Studies on social gender have attracted a great deal of attention in the various disciplinary fields and contributed to a significant increase in the amount of orderly investigations that cover this subject. In this context, this work sought to investigate the perception of masculine identity in journalistic texts, based on the Theory of Social Representations. For this, the concept of social representations was presented, as well as, what it is to be a man in antiquity, preceded by what it is to be a man in the contemporary world, based on the vision of several theorists and in observance of the results obtained through this research. For data collection, texts were used from the newspaper A GAZETA, which is a newspaper of great circulation in the State of Espírito Santo. The sample was composed of texts published on Sundays in the period between July 1 to December 31, 2018. Only the texts of the CIDADES notebook were used, which brings general subjects, however, in keeping with the research object. The main results of the research, they pointed out, that there is no single model of what it is to be a man in the contemporary world, just a hegemonic model followed since antiquity, there are still constant processes of transformation and change. In this sense, the quest for a male quantitative, which escapes the rule, from an identity that actually represents him, far from the judgments, oppression and rejection, is often perceived as not responding to the socially instituted hegemonic pattern since the antiquity.

KEYWORDS: Man. Male Identity. Social Representations.

Pós-graduado em Terapia Sexual (UNISAL), Especialista em Sexualidade (UCAM), Graduado em Psicologia (FAESA), Especialista em Gestão Empresarial e de Recursos Humanos (FANAN), Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos (FANAN), Membro do Comitê de Jovens Sexólogos da Federación Latinoamericana de Sociedades de Sexología y Educación Sexual (FLASSES), Membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH). E-mail: coimbrajulianopsi@gmail.com | Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/6955733603233171

INTRODUÇÃO

Devido às transformações ocorridas ao longo da história, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, as políticas públicas de proteção das mulheres, o feminismo atual, dentre outras, os estudos sobre gênero social têm recebido grande atenção em diferentes campos disciplinares e o número de pesquisas elaboradas dentro dessa temática vem aumentando. Os estudos estão relacionados diretamente a questionamentos, análises e discussão sobre o papel social, dentre outros.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa teve por objetivo identificar as representações sociais da identidade masculina a partir de textos jornalísticos, bem como, investigar por meio de estudos bibliográficos, como as representações sociais podem contribuir para o papel social do “Ser Homem” na contemporaneidade.

Uma vez compreendida essa abordagem, este artigo poderá levar o leitor a refletir sobre as mudanças históricas que nortearam a concepção de novos papéis atribuídos ao homem, oportunizando a compreensão do que é “Ser Homem” na sociedade atual, além de auxiliar na quebra do paradigma de masculinidade instituída socialmente.

Para uma melhor compreensão dos resultados, nossa referência de base, será a Teoria das Representações Sociais elaborada por Moscovici. De acordo com Abric (1998), essa teoria busca compreender como as pessoas se apropriam de um objeto incomum, incorporando-o em seu cotidiano a partir de suas opiniões, explicações e afirmações. Assim, representar um objeto significa transformar algo desconhecido em familiar.

Sá (2004) indica que em Moscovici (1984) há existência de dois modos de pensamento nas sociedades modernas, os reificados e os consensuais. E descreve: O primeiro se baseia nos representantes do saber acadêmico e científico, ou seja, há uma validação

do conhecimento segundo rigores lógicos, metodológicos e objetivos, além de sua estratificação por hierarquias e compartimentalização em especialidades. Já no segundo, impera o empirismo, uma “lógica natural”, uma comprovação de conhecimento pela produção intelectual disseminada socialmente no dia a dia, menos norteada pelas exigências da objetividade, verossimilhança e plausibilidade. As produções descritas acima, voltadas para o prático, formam as Representações Sociais (SÁ, 2004).

Nesse mesmo entendimento, Silva, (2012), acrescenta que esses assuntos de contexto social, adotam os preconceitos, privilégios e as inferências políticas a elas associados.

Para assimilar o que é ser homem na antiguidade, é importante entender que até o século XVIII, não existia um modelo de sexualidade humana conforme entendemos hoje. De acordo com Foucault (1986, p.) o termo sexualidade é um termo surgido no século XIX, portanto pertencente às sociedades modernas e pós-modernas.

Cabe salientar que assumimos a noção de gênero social como uma das características que compõe a identidade de um indivíduo e é fundamentada/negociada nas interações sociais e nos grupos de pares das quais as pessoas participam. Os padrões que norteiam essas interações estão perpassados por ideologias e valores socioculturais que ajudam a construir e perpetuar representações de gênero que recebem valorização distinta na sociedade.

Nesse mesmo entendimento, Silva (2012) sustenta que a estruturação da identidade de gênero está inerentemente relacionada à definição de atitudes e ideias tidas como intrínseca dos homens e das mulheres, em uma sociedade e época distinta. Essas expectativas e ideologias são produzidas por meio de práticas sociais e discursivas.

É sabido que, desde os primeiros instantes de vida, são atribuídos e ensinados às crianças

comportamentos discriminativos para meninos e meninas, instituindo, social e culturalmente, a distinção de gênero. Nesse entendimento Silva (2006) explica que: a distinção entre os gêneros se mostra em maior valorização do masculino em detrimento do feminino e, bem mais intensamente, do homossexual, devido um desequilíbrio de poder e status social entre eles, visto os preconceitos alicerçados na sociedade patriarcal. Criam-se, então, "modelos" hegemônicos que apresentam maior invisibilidade por serem considerados o "normal".

As literaturas indicam que o trabalho é o evento social mais importante da vida dos homens. Essa afirmativa se fundamenta, devido à institucionalização posta socialmente de que os contratos tradicionais de gênero estabelecem os papéis de provedor para eles e o de cuidadora para as mulheres. Vale ressaltar ainda, que a representação da identidade sexual e de gênero do homem vitoriano, estava intrinsecamente ligada à imagem do seu papel na sociedade. Assim, "Ser homem" no século XIX significava "não ser mulher", e sobre todas as hipóteses jamais ser homossexual, visto que, ser homossexual, é trazer à tona traços da feminilidade por meio do corpo masculino e tudo o que remetia ao ser feminino, era abominado da caracterização do que é ser homem.

Sendo assim, será que a representação da masculinidade na contemporaneidade permanece a mesma? O que seria ser homem na contemporaneidade de acordo com os textos jornalísticos?

MÉTODO

Para realizar a coleta de dados, foram utilizados textos do jornal A GAZETA, que é um jornal de grande circulação no Estado do Espírito Santo. A amostra foi composta de textos publicados aos domingos no período entre primeiro de julho a 31 de dezembro de 2018. Foram utilizados somente os textos do caderno CIDADES, que traz assuntos gerais, porém, atendo-se ao

objeto da pesquisa destacaremos os textos que tratam do cotidiano masculino.

Para a análise dos dados foi utilizada a "Análise de Conteúdo" de Bardin, no qual o conteúdo dos textos permite a compreensão das representações sociais da masculinidade, passando por procedimentos sistemáticos de análise. Essa técnica busca elucidar o significado dos escritos considerando o contexto no qual elas ocorrem. A análise foi realizada por meio de fases, que compreenderam a pré análise; a exploração do material; tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação (BARDIN, 2004).

Os resultados foram avaliados de maneira quantitativa e qualitativa, e terá como ponto de partida a seguinte organização para alcançar os objetivos dessa pesquisa: os textos foram categorizados a partir do tipo de matéria (religião, violência, familiar, profissional, esportiva, entre outras); visão do "Ser Homem", apresentada por idade média dos homens citados nas matérias, frequência em que o homem aparece no papel descrito, data da matéria e conteúdo básico abordado. Para evidenciar os resultados e a resolução da problemática dessa pesquisa, será utilizada a Teoria das Representações Sociais de SERGE MOSCOVICI (1984).

Dentre os principais autores pesquisados para realização dessa pesquisa, destacam - se: Badinter (1993), Sá (2004) e Moscovici (1984), que possuem grande influência teórica no que abarca ao tema proposto por essa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados coletados, o jornal À Gazeta apresentou o homem contemporâneo a partir dos seguintes tipos de matérias: profissional, violência, familiar, religião, esportes, política e economia. Os textos que apresentam o homem contemporâneo estão dispostos da seguinte forma: de cem por cento das reportagens, o homem é representado por 40%

(quarenta) com textos de violência, com idades entre 16 a 62 anos; 38% (trinta e oito) profissional, com idades entre 8 à 81 anos; 9% (nove) familiar, com idade entre 14 à 54 anos; 5% (cinco) religião, com idades entre 32 à 51 anos de idade; 3% (três) esporte, com idades entre 28 à 46 anos; 3% (três) Política, não apareceu a idade dos indivíduos desse tipo de matéria e 2% (dois) economia, que também não indicou as idades dos indivíduos.

Pease (2000, p.33) escreve que o homem moderno ainda carrega como herança genética, a obrigação de ser valente e não demonstrar fraqueza. Esta circunstância torna-se perceptível quando verificamos os dados do Jornal pesquisado: em 61% (sessenta e um) das reportagens, o homem aparece como violento, com resquício criminológico herdado ou influenciado pelo do meio em que vive.

Na visão de Pease (2000, p. 37) o homem é, por natureza, desconfiado, competitivo, fechado, defensivo, um solitário que esconde as emoções para manter o controle. O autor acredita que o fato do homem demonstrar emoção representa a perda do seu controle moral. Isto é, desestabiliza sua condição máscula dominadora, demonstrando certa vulnerabilidade de sua natureza viril. Por falar em vulnerabilidade, as reportagens sobre violência, apontaram que em 39% (trinta e nove) dos casos, o homem apareceu enquanto vítima da violência. Diante dos fatos, é necessário ressaltar que no passado era a mulher que representava o símbolo da vulnerabilidade, todavia, no momento atual, é percebido em diversos momentos, que o homem por muitas vezes, tem ocupado esse lugar.

O jornal A Gazeta demonstrou que o papel profissional ocupa o percentual de 38% (trinta e oito por cento) da vida do homem contemporâneo. O homem moderno tem maiores afazeres do que a hegemonia do passado, além de uma proporção de trabalhos influenciados pela evolução tecnológica, cultural e cognitiva. Cabe destacar ainda, que diversos exemplares dos jornais analisados, apresentaram o

homem atual preocupado em realizar seus afazeres com visão nas questões comunitárias e sociais.

A pesquisa identificou ainda, que o homem moderno, tem uma crescente preocupação com os estudos, essa característica aparece em 25% das matérias do jornal pesquisado, diante dos dados, nota-se um desenvolvimento profissional por meio da escolarização, com destaque as exigências de aperfeiçoamento oriundas das inovações e competitividade corporativas. No que concerne a resiliência para superar dificuldades em âmbito profissional, os dados apontam um impacto de 22% sob os homens citados na fonte de pesquisa.

As matérias que estudadas demonstram que 14% dos homens contemporâneos estão envolvidos em profissões artísticas, todavia, alguns afirmaram que não existe ainda, uma grande valorização desse nicho profissional.

As reportagens apontaram que apenas 5% dos homens, demonstram afetividade no campo profissional, usualmente, esse comportamento é evidenciado apenas para atendimentos humanizados quando se faz necessário.

Em um percentual menor, cada um com 3%, o homem apareceu desenvolvendo o seu papel profissional de maneira: aventureira, ambiciosa e com dificuldade de adaptação às tecnologias. Referente ao percentual de 3% aventureiros, estes afirmam que é impossível ver a vida profissional distante de aventuras. Já os 3% dos homens que apareceram desenvolvendo o seu trabalho de maneira ambiciosa, estes não medem esforços para conquistar os seus objetivos e por vezes, colocam em risco sua própria vida e de outros para atingir suas metas. Com relação aos 3% restantes, as reportagens mostraram homens com dificuldades de adaptação ao novo modelo tecnológico profissional, que por consequência influenciam a migração para áreas menos qualificadas e/ou influenciam a capacitação/profissionalização para adaptação dessas demandas.

As matérias referentes ao contexto do homem no âmbito familiar, totalizaram 9% (nove por cento) das reportagens. É notório que a família é uma das primeiras esferas sociais que ajudam na estruturação das relações de gênero, por ser o núcleo primário de inserção do indivíduo. De acordo com a pesquisa, das nove matérias que tratam dos assuntos relacionados ao âmbito familiar, o percentual de 37,5% dos homens a parecem como provedor familiar, sendo referencial positivo para os filhos em a ponto de influenciá-los a exercerem as mesmas profissões.

Insta destacar que analisando a mesma fonte de pesquisa, 25% dos homens, apareceram desempenhando uma visão de homem afetivo, inclusive fazendo sacrifícios para ficar próximo das pessoas que julga importante para suas vidas. Fator que vem desmistificar a ideia do homem da antiguidade, que não demonstrava seus sentimentos e que só se envolvia em relacionamentos para a reafirmação da sua masculinidade por meio da relação sexual e procriação, sem afetividade e expressão de sentimentos.

O espírito de homem aventureiro também foi identificado na fonte de pesquisa, englobando o percentual de 12,5% dos homens. Parte dessas aventuras se traduz em atividades para cuidados físicos, manutenção de uma boa aparência e prevenção contra adoecimentos.

Esse homem também demonstra maior preocupação com a aparência física, dessa forma, tem dedicado maior tempo para a academia, procedimentos estéticos e/ou outros exercícios físicos, além de buscar com mais frequência assistência médica para prevenção de doenças.

As matérias que tratam o assunto Religião aparecem em quarto lugar, totalizou 5%, nota-se que esse resultado é compatível com o discurso de Souza (2004b: 122): "... a religião já não ocupa mais o lugar de matriz cultural totalizante, deixando de ser o centro organizador das relações sociais, todavia, ela ainda exerce influência significativa no cotidiano das pessoas".

Os dados extraídos do jornal indicaram que 60% (sessenta por cento) dos indivíduos envolvidos nessas reportagens são religiosos e utilizam a religião como maneira de transcender e de levar outras pessoas a transcendência por meio de suas crenças, valores e ideologias. Os 40% (quarenta por cento) restantes, indicaram pessoas que buscaram a religião por resiliência, objetivando encontrar na religião, maneiras de lidar com suas dificuldades, fraquezas e limitações internas.

O jornal A Gazeta trouxe em quinto lugar as matérias de contexto esportivo, totalizando 3% (três por cento) das reportagens. Constatou-se que o homem esportista, preocupa-se com o corpo, a aparência e sua saúde e seu bem-estar. Esse cenário não mais se aplica apenas aos atletas, é um fenômeno que favorece o comportamento social em virtude de seu potencial de socializar indivíduos e até mercadológico, pois é amplamente tendencioso para o consumo de produtos ao culto do corpo, visto que esse rege linhas divisórias de status e posição social.

As reportagens analisadas demonstram que ainda na contemporaneidade o papel social do homem é representado pelas mesmas atividades que o homem desempenhava no passado, como fora descrito por Parker (1991, p. 59) no capítulo anterior. Nesse sentido, a pesquisa mostra que as matérias sobre política, aparecem em sexto lugar, com 3% (três por cento) da totalidade dessas reportagens. Dentro desse percentual de 3%, 67% dos homens que apareceram nessas reportagens, possui uma visão de homem profissional, preocupado com as questões de ordens sociais, economia, trabalhando para a transformação social. Os demais 33%, aparecem desempenhando o papel de político, vendendo suas propostas, objetivando persuadir a população para a conquista de votos, com a finalidade de conquistar uma vaga no governo do estado.

Foi identificado nas reportagens analisadas, que: 2% dos homens apareceram desempenhando papéis na

economia e desse percentual, 50% estavam exercendo papel profissional, trabalhando para reter gastos e suprimentos de instituições, objetivando gerir de maneira que obtivesse lucro, ao invés de perdas. Os 50% restantes, os homens apareceram desempenhando seu papel na economia de maneira resiliente, pensando maneiras coesas de superar a crise hídrica e criando estratégias no âmbito da economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes percentuais apontados demonstram que não existe um só estereótipo masculino, mas na verdade múltiplas masculinidades. Dentre essas masculinidades, pode-se citar, a que por diversas vezes foi exposta nessa pesquisa, a chamada de Masculinidade Hegemônica, amplamente utilizada na comunidade científica da área, a qual se refere a uma dominação do patriarcado, termo que alguns autores utilizam para designar a “supremacia” masculina, todavia, essa pesquisa, como diversas outras, tem apontado outros modelos e maneiras de ser homem na contemporaneidade. Foi possível notar, que mesmo diante dos novos comportamentos emitidos pelos indivíduos que fogem à regra hegemônica, algumas práticas sociais adotadas pelos homens, se concentram em uma fala que remete ao cumprimento da masculinidade hegemônica, que predomina a representação do homem de verdade e com uma ideologia que exige do mesmo, a renúncia de todo e qualquer atributo que configure outro modelo que não o hegemônico, sendo assim, os comportamentos são distintos, mas o discurso é o mesmo, no intuito da aceitação social e minando a possibilidade de rejeição por parte da maioria hegemônica.

Em meio à problemática dessa pesquisa, os resultados apontaram que: não há um único modelo do que é ser homem na contemporaneidade, apesar das constantes transformações no cotidiano social. Nota-se ainda, com base nos percentuais expostos neste artigo, que há um modelo hegemônico seguido desde a

antiguidade e que está em processo de transformação e mudança. Desta maneira é perceptível a busca por parte de um quantitativo masculino, de uma identidade que de fato lhe represente, distante dos julgamentos, opressões e rejeição, devido muitas vezes não dar conta de responder ao padrão hegemônico socialmente instituído desde a antiguidade.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das Representações Sociais. In: Moreira, A. S. P. e Oliveira, D. C. (Orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB, 1998, p. 27-38.
- BADINTER, Elisabeth. XY: Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.
- FIGUEIREDO, Wagner. Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de Atenção Primária. Ciências & Saúde Coletiva 10. No. 1: 2005.
- FLATH, Esther e Moscovici, GARCIA, Maria F. A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2004.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo Martins de. A construção social da masculinidade. Belo Horizonte: UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- PARKER, R. G. Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best-Seller/Abril Cultural, 1991.
- PEASE, Allan. Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor? Tradução Neuza M. Simões Capelo. Rio de Janeiro. Sextante, 2000.
- SÁ, C. P de. Núcleo Central das Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 189.
- SERGE. *Social Representation*, In: Harré, R. e Lamb, R. (eds.). The Dictionary of Personality and Social Psychology. Londres: Basil Blackwell Publisher, 1983.
- SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.) Identidade e diferença: a

perspectiva dos estudos culturais. 12ª.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p.73-102.

SILVA, L. R. da. Discurso e identidades de gênero. 33º Congresso Internacional de Linguística Funcional (ISFC), PUC-SP. Anais... São Paulo: 2006. p.989-1006. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/isfc/proceedings/Artigos%20pdf/49id_silva_989a1006.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SOUZA FILHO, Edson Alves de. Análise de representações sociais. In: SPINK, Mary Jane (Org.). O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 109-145.

O PEDAGOGO NO ENSINO PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO – RACIAIS

THE PEDAGOGUE IN TEACHING TO PROMOTE THE EDUCATION OF ETHNIC - RACIAL RELATIONSHIPS

Carlos Luis Pereira ¹
Cristiano de Assis Silva ²

RESUMO

Este estudo teve como proposição apresentar a relevância do profissional pedagogo como sujeito articulador e de saberes disciplinares e curriculares para propor um trabalho pedagógico em que a educação racial seja assegurada em todo o processo educativo da educação básica. O estudo enquadra-se dentro da abordagem com natureza qualitativa, não experimental, exploratória e descritiva dentro dos procedimentos da pesquisa participante. Os resultados consistentes indicaram que este profissional tem conhecimento pedagógica para proporcionar ensino pautado na educação das relações étnicos raciais. Verifica-se que nos discursos dos pedagogos entrevistados a função de assegurar a todos professores e alunos subsídios teóricos sobre o objetivo de estudo para promover um ensino para o respeito à diversidade étnica presente na escola e na sociedade e ainda notou que este profissional pode corroborar para a formação constante de alunos que convivem com as diferenças étnicas. Concluímos que o pedagogo na escola é um profissional mediador de todo o trabalho pedagógico e metodológico contribui significativamente para auxiliar no trabalho dos professores, propondo uma educação para emancipação humana e a tolerância a diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Étnico; Racial; Pedagogo.

ABSTRACT

The purpose of this study was to present the relevance of the pedagogical professional as an articulating subject and of disciplinary and curricular knowledge to propose a pedagogical work in which racial education is ensured throughout the educational process of basic education. The study fits within the qualitative, non-experimental, exploratory and descriptive approach within the participatory research procedures. The consistent results indicated that this professional has pedagogical knowledge to provide teaching based on the education of ethnic racial relations. It appears that in the speeches of the pedagogues interviewed, the function of ensuring all teachers and students theoretical subsidies about the objective of study to promote teaching for the respect of ethnic diversity present at school and in society and also noted that this professional can corroborate for the constant training of students who live with ethnic differences. We conclude that the pedagogue in the school is a professional mediator of all pedagogical and methodological work contributes significantly to assist in the work of teachers, proposing an education for human emancipation and tolerance to diversity.

Keyword: Ethnic; Racial; Pedagogue.

¹ Pós Doutor pela Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul. Mestre em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Graduado em Pedagogia, Ciências Biológicas e Educação Física, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: carlosluispereira_331@hotmail.com | Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/3714061788338454

² Coordenador Acadêmico da ACU – Absoulute Christian University. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU – Absoulute Christian University. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. Especialista Nutrição Clínica pela Universidade Veiga de Almeida. Especialista em Metodologia de Ciências Biológicas pela Faculdade Mario Schenberg. Especialista em Oratória da Transversalidade de Fala para Formação de Professores – UFES. Licenciado em Ciências Biológicas - IFES. Bacharel em Nutrição, Faculdade Salesiana de Vitória. E-mail: cristiano.wc32@gmail.com | Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/7723981451094769

INTRODUÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, aprovadas em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação, sintetizam o que se pode entender por educação das relações étnico-raciais:

§ 1º A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL/CNE, 2008).

As relações étnico-raciais dentro dos espaços escolares, bem como a cultura afro-brasileira e africana, vêm sendo ilustradas, abordadas e desenvolvidas, ainda, de maneira superficial e com a visão eurocêntrica. Persiste em nosso país um imaginário que privilegia a branquidade e valoriza principalmente as raízes da herança cultural dos colonizadores europeus, ignorando as outras culturas que são a indígena, a africana, a asiática. (DCN das Relações Étnico-Raciais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, (2004).

Desta forma a fala de Fanon, 1979 nos faz refletir diante de relações étnico-raciais

Todo povo colonizado, isto é, todo povo no seio do qual nasce um complexo de inferioridade, de colocar no túmulo a originalidade cultural local – se situa frente-a-frente à linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. O colonizado se fará tanto mais evadido de sua terra quanto mais ele terá feito seus os valores culturais da metrópole. Ele será tanto mais branco quanto mais tiver rejeitado sua negrura.

Enfatiza Silva, que o processo de educar ou até mesmo o processo de desenvolvimento moral e ético diante das relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais, culturais e sociais.

Nas afirmações e perspectiva da interdisciplinaridade (MINAYO, 2002 THIESEN, 2008) reafirmamos a Educação como prática de Liberdade (FREIRE, 1999), para isso, desenvolvemos uma pesquisa com discussões sobre memória, ancestralidade e herança africana nas práticas dos professores da Educação Básica, com foco direto e indireto no curso de pedagogia. A relevância da pesquisa está na investigação dessas práticas que concretizam a lei 10.639/03, a partir da reflexão coletiva de profissionais pedagogos na atuação em instituições de ensino pública.

Na abordagem retratada por Barros, 2008 enfatiza que as relações entre Desigualdade e Diferença, constituem de fato complexo na história das sociedades humanas de modo geral, e uma das questões mais intrigantes no âmbito destas relações refere-se às possibilidades de que uma determinada ‘contradição’ relacionada com Desigualdade passe a ser lida socialmente como uma ‘contrariedade’ relacionada com todo ou qualquer Diferenças.

A falta de preparo diante de problemáticas do mundo moderno perante a diversidade retrata Munanga:

“Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida

profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade” MUNANGA, 2005.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, aprovadas em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação, sintetizam o que se pode entender por educação das relações étnico-raciais:

§ 1º A educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL/CNE, 2008).

Vale destacar que incluir a temática das relações étnico-raciais no currículo escolar não se trata apenas de uma mera formalização legal, tampouco de imposição, pois essa política afirmativa é concebida como uma tentativa de corrigir a lacuna curricular que apenas considerou índios e negros em temas folclóricos, minimizando o seu papel na construção da nação brasileira. As Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 tornam obrigatório que a história dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas seja trabalhada como tema transversal nas diferentes disciplinas, não apenas em Artes, Língua Portuguesa ou História. Para que sejam trabalhadas desta maneira, as relações raciais

necessitam ser abordadas de uma nova forma pela escola, ou seja, é preciso recriar e reconstruir algumas ideias de como o trabalho com tal tema deve ser organizado, principalmente nas situações em que já houve casos de preconceito.

Na organização do cotidiano escolar, o trabalho deve ser desenvolvido de maneira coletiva, em que um conjunto de profissionais interage para a formação plena do aluno, bem como para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, esse coletivo deve encontrar-se sempre em sintonia, pois todas as funções são importantes na busca por um ensino eficiente e de qualidade, capaz de alcançar os objetivos propostos pela instituição escolar em relação ao desenvolvimento integral do aluno. Tendo em vista discutir qual é o papel do pedagogo no ambiente escolar e, conseqüentemente, no trabalho com as questões étnico-raciais, faz-se importante discutir o que se entende por papel social. Parsons (1982) determina que os papéis sociais são volúveis dentro de um sistema maior, ou seja, são diferenciados, ao mesmo tempo em que se mesclam e se integram, de acordo com as condições culturais em que são expostos. Todavia, nem sempre o papel social é claro a todos os envolvidos. “Isto não quer dizer que uma pessoa qualquer tenha sempre presente no espírito o ‘plano’ do sistema social. Mas, como em outros tipos de sistemas de ação, não é possível que as escolhas dos atores sejam feitas ao acaso” (PARSONS, 1982).

Segundo Gomes, 2010 Todo o contexto histórico, político, regional, social, profissional e cultural que os negros e as negras brasileiros constroem suas identidades e, dentre elas, a identidade negra. Como toda identidade, a identidade, imagem e características negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente de forma diversa e única. No caso brasileiro, essa tarefa torna-se ainda mais complexa, pois se realiza na articulação entre classe, gênero e raça no contexto da ambigüidade do racismo

brasileiro e da crescente desigualdade social devido a sua diversidade.

Conforme retrata GOMES, 2017 A educação como um projeto emancipatório possível e o Movimento Negro um interlocutor entre o saber, o aprendizado e o desenvolvimento do povo negro e os conhecimentos escolares e/ ou científico possibilitam tencionar a estrutura secular da escola, da universidade e da ciência historicamente posta. Estrutura desenvolve e está caracterizada pelo pensamento abissal, ou seja, pensamento que despreza, desqualifica e separa os saberes e conhecimentos produzidos fora do eixo Norte do mundo.

Lilian Schatz traz em seu discurso sobre a discriminação e o racismo:

o racismo como 'algo que tem a ver com a presença de pessoas negras'. Mas é importante salientar que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da 'raça'.

Dentro deste contexto acarreta a grande questão do mundo contemporâneo diante da diversidade existente e diante de preconceitos entre outros da modernidade através do passado presente questiona-se se os profissionais pedagogos estão preparados para realizar abordagens e intervenções diante da relação étnico racial?

Diante da problemática exposta o presente trabalho se justifica diante do crescimento de denúncias e situações que aparecem diariamente como os mais variados tipos de abordagem da questão étnica e racial na atualidade.

Será que os alunos são orientados sobre quanto ao respeito ao ser humano?

Será que o discente no momento de abordagens indevidas diante da questão étnico racial é advertido, orientado e os docentes estão preparados para realizar uma conduta correta?

O objetivo desta pesquisa é verificar se os profissionais pedagogos estão treinados e capacitados para intermediar problemas diante da situação étnico racial e realizar qualquer tipo intervenção.

A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NA ESCOLA PARA ASSEGURAR A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A CNE 1, é incisiva no que se refere a atuação do pedagogo:

§ 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará: I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas; II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

E em seu artigo 4º

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

§ 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas

de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

Na organização do cotidiano escolar, o trabalho deve ser desenvolvido de maneira coletiva, em que um conjunto de profissionais interage para a formação plena do aluno, bem como para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, esse coletivo deve encontrar-se sempre em sintonia, pois todas as funções são importantes na busca por um ensino eficiente e de qualidade, capaz de alcançar os objetivos propostos pela instituição escolar em relação ao desenvolvimento integral do aluno. Vale ressaltar que o pedagogo deve acompanhar, avaliar questões didáticas e pedagógicas em conjunto com demais profissionais da área educacional, participar e estimular os professores a participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, demonstrando que esse documento deve ser fruto de uma construção coletiva. Enfim, ele deve ser mediador de toda a prática pedagógica. Dessa maneira, como mediador das relações no espaço escolar, o pedagogo deve estar atento aos problemas e buscar formas de prevenção e, nas propostas de trabalho, preparar os professores para entenderem seus alunos e respeitá-los em suas individualidades e no seu ritmo, para que a escola seja um ambiente onde o aluno, seja qual for sua idade, possa sentir-se bem, aceito e sujeito ativo na construção dos conhecimentos.

Há um processo a ser considerado na experiência permanente do educador. No dia-a-dia ele recebe os conhecimentos – conteúdos acumulados pelo sujeito, o aluno, que sabe e lhe transmite. Neste sentido, ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

Diante disso, as ações dos pedagogos são importantes para que a escola possa fazer um trabalho de qualidade, tendo em vista a heterogeneidade que compõe esse espaço, tanto no que diz respeito aos alunos, como aos diferentes pontos de vista, como em relação aos docentes e as concepções pedagógicas divergentes, frutos da formação e história de vida de cada indivíduo. De acordo com o Art. 2, §1º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCNs), instituídas pela Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006, uma das funções do pedagogo é promover a

[...] ação educativa construída em relações sociais, étnico-raciais, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, socialização e construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2004, p. 1).

As próprias DCNs determinam que um dos papéis mais importantes a ser desempenhado pelo pedagogo é o de articulador das relações no ambiente escolar, seja mediando as relações de aprendizagem, seja articulando os conteúdos a serem trabalhados. A função do pedagogo se faz necessária também por proporcionar a interligação entre os profissionais da escola à comunidade. Ele é o elo para o trabalho em conjunto, para que a escola desempenhe seu verdadeiro papel, que é proporcionar uma educação que desperte a comunidade para o processo de emancipação da sociedade, partindo da sua própria emancipação. (PARSONS, 1982).

Sendo assim, é impossível que a escola ofereça essa educação sem que ela própria seja primeiramente liberta. É certo afirmar também que o pedagogo deve acompanhar, avaliar questões didáticas e pedagógicas em conjunto com demais profissionais da área educacional, participar e estimular os professores a participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico,

demonstrando que esse documento deve ser fruto de uma construção coletiva. Desta forma a função do pedagogo se faz necessária também por proporcionar a interligação entre os profissionais da escola à comunidade. Ele é o elo para o trabalho em conjunto, para que a escola desempenhe seu verdadeiro papel, que é proporcionar uma educação que desperte a comunidade para o processo de emancipação da sociedade, partindo da sua própria emancipação. Sendo assim, é impossível que a escola ofereça essa educação sem que ela própria seja primeiramente liberta. (PIMENTA, 1995).

Freire, 1996 afirma que o pedagogo deve ser interlocutor e mediador de toda a prática pedagógica. Dessa maneira, como mediador das relações no espaço escolar, o pedagogo deve estar atento aos problemas, soluções e buscar formas de prevenção e, nas propostas de trabalho, preparar os professores e todo corpo escolar para entenderem seus alunos e respeitá-los em suas individualidades e no seu ritmo, para que a escola seja um ambiente onde o aluno, seja qual for sua idade, possa sentir-se bem, aceito e sujeito ativo na construção dos conhecimentos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se pesquisa com 5 (cinco) profissionais Pedagogos do sexo feminino, com idade entre 25 e 42 anos, de variadas etnias, vários poderes socio econômicos, inúmeras diversidades sendo esses profissionais vinculados a instituições de ensino pública na região da grande Vitória no E.S. no ano de 2018, tendo como técnica de coleta de dados uma entrevista semi estruturada e os mesmos foram abordados para responderem a questionamentos específicas sobre a importância do pedagogo na escola na promoção da educação das relações étnico-raciais. A metodologia utilizada será enquadrada dentro da abordagem de natureza qualitativa, não experimental, exploratória e descritiva dentro dos procedimentos da pesquisa

participante, trazendo assim cunho bibliográfico para embasamento teórico e partindo da premissa e creditando a pertinência ao tema proposto, conseguimos demonstrar a importância e relevância da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES DIANTE DA ENTREVISTA

1. Você sabe lidar com relações étnico racial?

Os entrevistados relatam que sabem lidar com a relação étnico racial. A Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000.

2. Você já presenciou alguma ocorrência sobre a questão étnico racial em alguma instituição de ensino onde você já trabalhou ou trabalha?

Todos os entrevistados informaram que já tiveram algum tipo de ocorrência nesse sentido e que buscaram driblar a situação para evitar conflitos diante da escola. A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo e explicitando nesta que o cumprimento da educação enquanto direito social passa necessariamente pelo atendimento democrático da diversidade étnico-racial e por um posicionamento político de superação do racismo e das desigualdades raciais.

3. Na escola que você atua como pedagogo já presenciou bullying relacionado a questão étnico racial?

As ações pedagógicas voltadas para o cumprimento da Lei nº 10.639/03 e suas formas de regulamentação se colocam nesse campo. A sanção de tal legislação significa uma mudança não só nas práticas e nas políticas, mas também no imaginário pedagógico e na

sua relação com o diverso, aqui, neste caso, representado pelo segmento negro da população. Por unanimidade dos entrevistados relatam já terem presenciado algum tipo de bullying relacionando a questão étnico racial.

4. Os professores de sua escola estão preparados para lidar com a questão étnico racial?

Sem nenhuma exceção todos os profissionais relataram que não estão preparados por ser uma abordagem delicada que precisam de atuação imediata e devido a toda a situação de violências no cotidiano escolar. A Lei nº 10.639/03 deveria ser mais conhecido pelos educadores e educadoras das escolas públicas e privadas do país. Ele se insere em um processo de luta pela superação do racismo na sociedade brasileira e tem como protagonistas o Movimento Negro e os demais grupos e organizações partícipes da luta antirracista. Revela também uma inflexão na postura do Estado, ao pôr em prática iniciativas e práticas de ações afirmativas na educação básica brasileira, entendidas como uma forma de correção de desigualdades históricas que incidem sobre a população negra em nosso país. Os entrevistados ainda retratam que trabalham muito a questão racial no mês que se comemora o Dia Internacional da Consciências Negra.

5. Os professores de sua escola receberam algum treinamento ou capacitação sobre essa abordagem no período letivo entre 2017 e 2018?

Unanimemente todos os profissionais relataram que o mesmo nem os outros profissionais não receberam nenhum tipo de capacitação ou treinamento. A Lei 10639/2003 e Lei N. 9394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Assim como retrata a estimular capacitação dos profissionais para desenvoltura da temática. Que na verdade buscaram cursos particulares para aprender a lidar e

traçar alternativas pedagógicas para que conseguissem administrar melhor os conflitos desta realidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se através da presente pesquisa que os profissionais pedagogos possuem dificuldades de abordagem e orientação dentro da questão étnico racial. Vale ressaltar que dentro das abordagens realizadas no período entre 2017 e 2018 os profissionais não receberam nenhum tipo de treinamento e capacitação para desenvolver abaloamento diante da temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, J. A. **A Construção Social da Cor - Desigualdade e Diferença na construção e desconstrução do Escravismo Colonial**. 2008, acesso em 04/10/2018.
http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215309488_ARQUIVO_AConstrucaoSocialdaCor.revisto.pdf
- BRASIL, **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de janeiro de 2003.
- BRASIL, **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008.
- BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1**, DE 15 DE MAIO DE 2006.
- CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** – 2004.
- FANON, F. **Os Condenados da Terra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GOMES, L. N. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação Brasileira: Desafios, Políticas e Práticas**. Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil.

Acesso em 03/10/2018.
<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. Emancipação,** Ponta Grossa, 2010.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na Escola.** Edições MEC/BID/UNESCO, 2ª Ed. Brasília, 2005.

PARSONS. T. **El sistema social.** Madrid: Alianza Editorial, 1982.

PIMENTA, S. G., **O pedagogo na escola pública.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

SILVA, P. B. G., **Aprender, ensinar e relações Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil étnico-raciais no Brasil.** Ver. Educação n. 03, set/dez, Porto alegre/RS, 2007.

SCHATZ, L., **O imaginário da branquitude à luz da trajetória de Grande Otelo: raça, persona e estereótipo em sua performance artística,** 2013, acesso em 04/10/2018.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912013000200003.

THIESEN, J. S. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo do ensino e aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação, V.13,n.39, set./dez, 2008.

TRIVINOS, A. N. **Introdução a pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação.** 2.Ed. São Paulo ; Atlas, 2017.

**READEQUAÇÃO DE GÊNERO: VISÃO DE MERCADO CONSUMIDOR E
MERCADO FORNECEDOR EM RELAÇÃO À PESSOA TRANSGÊNERO****GENDER READJUSTMENT: VIEW OF THE CONSUMER MARKET AND THE
SUPPLIER MARKET IN RELATION TO THE TRANSGENDER PERSON**

Maria do Socorro G. dos Santos¹
Renata Ximenes Ferreira Benvenuti²
Tiago Salazar Barbosa³

RESUMO

A pessoa transgênero: é o indivíduo que não se identifica com o gênero de nascimento, devido a esse fator a readequação de gênero é um processo importantíssimo na vida de tais pessoas e constitucionalmente a identidade de gênero é um direito fundamental. Abordar o processo de readequação de gênero com foco principal nos mercados consumidor e fornecedor direcionados à essa demanda, favorece uma visão esclarecedora da atual situação dessa minoria. De acordo com a Constituição Federal todos os cidadãos devem estar livres de discriminação e ter as mesmas prerrogativas legais. A realização desta revisão de literatura, envolveu a seleção de 17 (dezessete) referências bibliográficas; tais artigos científicos pertencem à bases de dados confiáveis como scielo e outros. Os artigos foram estudados com afinco e selecionadas com base na sua relevância para o presente trabalho. Nos dias atuais notam-se inúmeros avanços em relação à aceitação social da pessoa transgênero, que possui um mercado fornecedor voltado para ela e ONG's (Organizações Não Governamentais) que facilitam sua inclusão no mercado de trabalho. As promoções de campanhas que abordam a igualdade social contribuíram, de modo que a sociedade se "sensibilizou", resultando na conscientização da importância dos direitos igualitários. Durante 13 (treze) anos de história estudados, houveram nítidos progressos na aceitação da pessoa transgênero (tanto socialmente, quanto nos mercados consumidor e fornecedor) e certamente ainda há muito o que conquistar dentro dos âmbitos analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas transgênero; Marketing transgênero; inclusão.

ABSTRACT

The transgender person: is the individual who does not identify with the gender of birth, due to this factor, gender readjustment is a very important process in the lives of such people and constitutionally gender identity is a fundamental right. Address the gender readjustment process, with a primary focus on consumer and supplier markets targeting this demand, favor an illuminating view of the current situation of this minority. According to the Federal Constitution all citizens must be free from discrimination and have the same legal prerogatives. Conducting this literature review, involved the selection of 17 (seventeen) bibliographic references; such scientific articles belong to reliable databases such as scielo and other. The articles were carefully studied and selected based on their relevance to the present work. Nowadays there are numerous advances in relation to the social acceptance of the transgender person, who has a supplier market geared towards them and NGOs (Non-Governmental Organizations) that facilitate their inclusion in the labor market. Campaign promotions that address social equality contributed, so that society was "sensitized", resulting in awareness of the importance of egalitarian rights. Over 13 (thirteen) years of history studied, there has been clear progress in the acceptance of the transgender person (both socially, as well as in the consumer and supplier markets) and certainly there is still much to achieve within the analyzed spheres.

KEYWORDS: transgender people; transgender marketing; inclusion.

¹ Doutora em Ciência da Educação – Universidad de La Integración de Las Américas (Unidas-Py). E-mail: msg.santos@hotmail.com | Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/4510146412920786

² Especialista em Didática do Ensino Superior - 2015, Universidade Nilton Lins. Cirurgiã-Dentista. Email: educadorarenataximenes@hotmail.com | Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/3791130284543521

³ Bacharel em Marketing (UniNorte). E-mail: tiago.salazar7@gmail.com

INTRODUÇÃO

De acordo com os pesquisadores SILVA; BEZERRA; QUEIROZ (2015), os estudos de gênero tiveram seu início entre os anos 1960 e 1968; especificamente no Brasil ocorreu entre os anos 1970 e 1980.

Vários autores definem de forma diversificada o transgênero, porém entende-se transgênero por aquele indivíduo que além de não se identificar com o gênero de nascimento, toma a iniciativa de fazer mudanças em seu próprio corpo através de cirurgias ou por intermédio de procedimentos hormonais; sobre tais pessoas:

“Pode-se inferir que toda sociedade complexa é bastante heterogênea, porque é formada de indivíduos muito diferentes entre si. E essa diferença, que em princípio seria apenas de natureza, logo tende a tornar-se de valor acarretando, assim, um cenário de verdadeira luta de classes, permeada por todo tipo de preconceito e intolerância” (MOURA, 2017).

“Segundo Fleury e Torres (2010, p.59) quando um indivíduo é reconhecido como pertencente a um grupo minoritário, ele já se encontra em posição de desvantagem em relação aos demais indivíduos da sociedade em questão, pertencentes aos grupos majoritários” (MOURA; LOPES, 2014 apud FLEURY; TORRES, 2010).

CARVALHO (2008), contribui para o entendimento acerca da importância dos GLS para o mercado, ao afirmar que:

“Atualmente o mercado GLS tem sobre sua comunidade os olhares do mundo globalizado. No entanto, há anos é disputado por muitas empresas dos Estados Unidos da América em razão do forte poder aquisitivo de seus integrantes. Pesquisas recentes realizadas pela Mulyran/Nash, de N. York, especializada

no mercado de gays e lésbicas, estimam existir atualmente de 10 a 15 milhões de integrantes desse mercado, prontos para gastar um total de US\$200 bilhões a US\$300 bilhões [...]” (CARVALHO, 2008 apud JOHNSON, 2005).

Existem diversos fatores sociais associados ao processo de transição, “A inserção no mercado [...] significa uma participação mais efetiva no meio social, uma aceitação enquanto sujeito produtivo e pertencimento a um grupo sociocultural no âmbito das profissões” (ROCHA et al, 2017).

A relevância deste estudo é apresentar uma visão da importância da pessoa transgênero para a sociedade de modo geral; frisando seu doloroso processo de aceitação (auto-aceitação e/ou aceitação social/familiar) e mudança (física e/ou psicológica); entretanto o foco principal do trabalho é o potencial da pessoa transgênero como consumidor e automaticamente contribuinte da economia da sociedade em que se encontra inserido; bem como sua competência (ou potencial - quando há oportunidade e direcionamento) para o mercado de trabalho. A leitura desta pesquisa, é provável que, despertará no leitor uma reflexão sobre essa minoria marginalizada; certamente este trabalho desempenhará uma função social importantíssima, juntamente com outras obras também relevantes para a aceitação da pessoa transgênero, com menos discriminação e preconceitos, apenas um ser humano lendo e lançando um olhar direcionado/diferenciado para outro ser humano e finalmente enxergando como humano. “[...] como define Carmem Lúcia Antunes (2008, p. 19): Gente é igual. Tudo igual” (PRADO; DANGELO, 2017 apud ANTUNES, 2008).

O objetivo da presente pesquisa é abordar o processo de transição de gênero, levando em consideração o mercado consumidor e o mercado fornecedor, pois a pessoa transgênero, tanto pode se tornar um consumidor deste mercado, quanto, levando

em conta as considerações dos autores UZIEL; MELLO; GROSSI (2006): “a Constituição Federal veda qualquer modalidade de discriminação, devendo ser asseguradas a gays e lésbicas as mesmas prerrogativas legais garantidas aos demais cidadãos”, partindo deste princípio básico, gera uma discussão sobre a inserção da pessoa transgênero no mercado de trabalho e o preconceito social em relação à tais profissionais.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

O estudo “Readequação de gênero: uma visão de mercado consumidor e mercado fornecedor em relação à pessoa transgênero – revisão literária”, como o próprio título sugere, é uma revisão da literatura; para este estudo foram selecionados e inclusos 17 (dezessete) artigos, publicados entre os anos 2006 - 2019, tais artigos abrangem, principalmente, o tema e objetivo propostos; foram excluídos todos os artigos publicados antes ou depois do período estipulado e/ou que não correspondiam diretamente ao objetivo do estudo. Foram utilizadas bases de dados, como SciELO e outras. As palavras-chave: “Pessoas transgênero”; “Marketing transgênero”, “inclusão”; e os textos estavam em língua portuguesa do Brasil. Os artigos selecionados foram lidos cautelosamente (na sua íntegra) e organizados através de mapas mentais que salientaram os pontos principais e a conclusão de cada autor estudado; a triangulação dos dados coletados favoreceu o desenvolvimento e conclusão do relevante estudo do processo de readequação de gênero e uma minuciosa visão de mercado consumidor e mercado fornecedor e como se relacionam à pessoa transgênero. A literatura evidencia a relevância de um estudo organizado, para a construção de um trabalho de qualidade, como apontam PERALTA; MARTINS; SANTANA (2019):

“Assim, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que,

com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista [...]” (PERALTA; MARTINS; SANTANA, 2019 apud MARCONI; LAKATOS, 2003).

Mundialmente as questões relacionadas à orientação sexual, bem como o processo de transição de gênero, entre outras questões relacionadas ao mesmo assunto, já vem sendo discutidas há muito tempo; UZIEL; MELLO; GROSSI (2006), em relação à um marco relevante para discussões sobre o assunto no Brasil, mencionam:

Com a apresentação do Projeto de Lei nº 1.151/95, que instituiu a união civil entre pessoas do mesmo sexo, de autoria da então deputada Marta Suplicy, os debates sobre conjugalidade homossexual tomaram uma proporção antes inimaginável, tornando-se objeto de programas de televisão, matérias de jornais e revistas, pronunciamentos de políticos, discursos de líderes religiosos e ativistas LGBT, abaixo-assinados pró e contra, novelas, conversas em família, discussões em mesa de bar e debates acadêmicos”.

O aluno da área da saúde nem sempre é capaz de compreender a relevância da reflexão sobre a prática clínica, SILVA et al. (2018), “[...] quando você está nas disciplinas de saúde, as mais clínicas do curso, elas, tem uma supervalorização [...] e a gente deixa de olhar, de ter esse olhar humanizado, que é o olhar das disciplinas didático-pedagógicas [...]”.

Segundo PRADO; DANIELO (2017), a Constituição de 1988, considera a identidade de gênero como um direito fundamental. Todo ser humano deveria ser visto e tratado com o mesmo respeito e a igualdade entre os seres humanos ser uma prática social comum, pois todos têm os mesmos direitos; contudo, o processo de aceitação social (em todos os sentidos) é

descrita, pelos mesmos autores, como: “a dolorosa arte de ser normal”.

O PROCESSO DE READEQUAÇÃO DE GÊNERO

Readequação de gênero faz parte de uma série de expressões relacionadas à identificação de gênero e tais termos podem causar confusão, quando não fazem parte do vocabulário corriqueiro de quem os ouve; devido a necessidade dessa difusão de aceitação social de todo ser humano, diversos autores os distinguem, é importante salientar que as travestis e mulheres trans, fazem parte também das pessoas transgênero, como afirmam SILVA; BEZERRA; QUEIROZ (2015) e os mesmos autores diferenciam algumas expressões como:

“Expressão de gênero: é a forma como a pessoa apresenta a sua aparência e seu comportamento, de acordo com as expectativas sociais de um determinado gênero, depende da cultura em que a pessoa vive. Identidade de gênero: é o gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento, ou seja, uma pessoa pode nascer com um sexo biológico (homem ou mulher) e se identificar com o gênero oposto (masculino ou feminino). Orientação sexual: é atração afetivo-sexual por alguém, vivência interna relativa à sexualidade (heterossexual, homossexual ou bissexual)”.

VARGAS (2018), sobre a legalidade da autoidentificaçãotrans, esclarece:

“O Tribunal Superior Eleitoral - TSE, em 01 de março de 2018, reconheceu a opção de autoidentificaçãotrans em sessão administrativa, no dia 22 de março decidiu que transexuais e travestis podem solicitar a emissão de título de eleitor com seu nome social. Foi acolhida a pretensão de reconhecimento de identidade de gênero de pessoas transgênero, ou seja,

transexuais e travestis agora podem concorrer na cota destinada ao sexo feminino pelo leito eleitoral, caso opte pelo gênero feminino, conseqüentemente os do gênero masculino, trans, concorrerão as vagas restantes, reservadas aos homens”.

Apesar dos avanços e conquistas, “Na visão ocidental, a homossexualidade assume, mais e mais, o caráter de comportamento anormal, patológico e, sempre, condenatório” (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017).

Além da não aceitação social e/ou familiar, pessoas que decidem passar pelo processo de transição de gênero se sentem atraídas pelos efeitos estéticos (mudança na voz, presença/ausência de pelos, perda ou mudança de órgãos sexuais, etc). SOUTO (2018), destaca “traumáticas mudanças no corpo”; “seios retirados de maneira clandestina” “mamilos necrosados”, “Feridas profundas” para esconder órgãos sexuais, “cirurgia ilegal”, entre outros fatores que podem estar associados ao sofrimento inimaginável de uma pessoa durante o processo de transição de gênero. Certamente os procedimentos clandestinos, são a principal causa das conseqüências negativas, como problemas de saúde que os acompanharão a vida toda. Segundo SOUTO, caso a pessoa desista do processo de transição de gênero, além de lidar com todas essas dificuldades humilhantes e dolorosas, ainda pode sofrer preconceito por parte das próprias pessoas trans. A autora esclarece:

“O psiquiatra Alexandre Saadeh, coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (HC), em São Paulo, frisa a importância da avaliação médica e psiquiátrica antes de qualquer procedimento de readequação de gênero, justamente para não haver arrependimentos nem problemas de saúde”.

O pesquisador ROCON (2019), também salienta as dificuldades enfrentadas pelos pacientes que dependem do SUS – Sistema Único de Saúde; no entanto pode-se ressaltar, que felizmente nem todo processo de transição de gênero, resulta em fatores puramente negativos; nesses casos, em que há sucesso nos resultados e contentamento da pessoa transgênero, ela ainda precisa lidar com seus problemas psicológicos (caso existam) e com o meio social em que vive (família, escola/faculdade, trabalho, amigos, etc), de modo que o acompanhamento psicológico torna-se fundamental.

HOFFMANN; SOUZA; KIELING (2018), salientam, em relação aos preconceitos sociais, “[...] que mostrar relacionamentos homossexuais na mídia pode incentivar a homossexualidade [...]”; pensamentos como esse, oriundos de preconceitos sociais, afetam diretamente a vida da pessoa transgênero, fazendo com que sua realização se transforme em dificuldades de se inserir no mercado de trabalho e ser aceita socialmente, resultando em novos traumas, dores e dificuldades a serem superadas.

A cura gay ainda é um assunto polêmico, como enfatiza MARANHÃO (2016), ao levantar alguns questionamentos relevantes: “[...] sai desse corpo, que ele não te pertence? A essa pergunta podemos relacionar ainda: a quem pertence o corpo trans, o corpo ex-trans, o corpo ex-ex-trans e outros corpos entre-gêneros? À própria pessoa, a Deus ou ao Diabo?”.

Apesar de todas as dificuldades pessoais e sociais, OLIVEIRA JR, 2014, cita: “Segundo Carvalho (2012) o público LGBT é um dos que mais têm procurado produtos e serviços personalizados”, o que independentemente do preconceito social, contribui significativamente com o mercado consumidor (movimentando sua economia ao gerar renda).

Vários autores citam esse público como um interessante investimento das empresas, ao abrir espaço para pessoas transgênero e/ou LGBT de modo geral no mercado de trabalho, considerando que a orientação sexual (ou identificação de gênero) não

muda sua condição de ser humano ou sua capacidade profissional; infelizmente a prostituição, ainda está presente como única forma de trabalho e sobrevivência para algumas pessoas pertencentes a esse grupo específico e minoritário, como afirma TOMAZELLI (2016); entretanto, cada vez mais as pesquisas científicas contribuem para a aceitação desses possíveis funcionários, que em alguns casos, destacam-se por sua eficiência e dedicação ao trabalho.

CONSUMIDOR TRANSGÊNERO

O capitalismo têm o poder de “transformar tudo em mercado e mercadoria” e para seu desenvolvimento procura “sempre novos nichos de mercado”, afirma CARVALHO (2008), que também faz a seguinte menção:

“Conforme Martins (1999,p.33), a globalização instaura, no capitalismo mundial, uma nova religião: o consumo. Um consumo desenfreado, é bem verdade, em que não ter a última moda, o último modelo significa, para quem sofre com o fetiche da mercadoria, não ter todos os membros do corpo”. (CARVALHO, 2008 apud MARTINS, 1999).

Marketing é o conjunto de atividades que vão desde a ideia de concepção do produto até a sua entrega ao consumidor final, trazendo assim vantagens financeiras para quem os produz, distribui ou oferece; e solução de dores àqueles quem os adquire, como afirma PERALTA; MARTINS; SANTANA (2019):

“Kotler e Keller (2012), afirmam que o marketing supre as necessidades com a intenção de obter lucro. O que torna a atividade, o conjunto de conhecimentos e o processo de criação, comunicação, entregas e trocas de ofertas tenham valor”. (PERALTA; MARTINS; SANTANA, 2019 apud KOTLER; KELLER, 2012).

Umas das estratégias usadas por fornecedores de produtos ou serviços é a “segmentação”, ela se dá quando há foco em um público em especial na intenção de que aquele grupo seja seu consumidor. Isso algumas vezes acontece pelo interesse que há na crescente demanda que tal público representa; OLIVEIRA JR. (2014), esclarece que:

“Graças à crescente diversificação dos comércios que o desenvolvimento do marketing provoca [...] É mais lucrativo se um produto ou serviço for direcionado a um determinado público, sendo produzida uma oferta específica do que a divulgação de um bem ao público geral, sem especificidades [...]” (OLIVEIRA JR., 2014 apud MORRINSON, 2012).

Parte do mercado consumidor precisa entender que o cliente LGBTQIA+ tem suas particularidades e necessidades específicas que na maioria das vezes são alheias às do público convencional, ou seja, aos que se identificam com seu gênero de nascença; “[...] Em geral, as travestis são representadas pela beleza dos corpos, transformados por hormônios e silícones, e pela exuberância de seu gestual e performance corporal [...]” MOURA, 2017 apud SILVA, (2009); isso explica que uma parcela do mercado consumidor representado por travestis podem ser clientes do mercado fornecedor que tem como público alvos mulheres cisgênero. Já em relação ao mercado consumidor de homens trans a dificuldade pode-se dizer que é inexistente ou nula.

A respeito da relevância de produtos e serviços voltados aos clientes da comunidade LGBTQIA+, mais especificamente os transexuais e travestis, pode-se dizer que é essencial a segmentação para demonstrar o reconhecimento às diferenças e ressaltar suas particularidades, ao mesmo tempo que traz uma boa imagem às organizações que tomam essa

atitude; HOFFMANN; SOUZA; KIELING (2017), ponderam:

“Identificar as situações vivenciadas por gestores de empresas é essencial para formação de profissionais na área de Administração e Marketing, [...] cada vez mais, as empresas interessam-se por suprir necessidades e desejos de grupos de interesse específicos, como a comunidade homossexual [...] com foco em minorias permite o desenvolvimento de estratégias de marketing amplia a discussão acerca do impacto social de anúncios publicitários direcionados a um público específico com potencial consumidor. Além disso, o caso é relevante para o debate sobre inclusão de minorias e redução do preconceito existente quanto ao público homossexual e suas implicações na sociedade”.

A INSERÇÃO DA PESSOA TRANSGENERO NO MERCADO DE TRABALHO

Os autores PERALTA; MARTINS; SANTANA, (2019), afirmam que “Transgênero: é o indivíduo que não se identifica com o gênero de nascimento”, partindo deste princípio podemos dizer que há desconforto em relação a si próprio e também em relação aos outros, pois por mais que estes não o injuriem, qualquer ação, mesmo que não intencionada, podem ser resultados de interpretações que darão margem para possíveis situações constrangedoras.

Em relação às dificuldades encontradas para a aceitação e/ou inclusão da pessoa transgênero no mercado de trabalho, MOURA; LOPES (2014) citam:

“Basta uma rápida olhada nos anúncios de emprego para deixar claro que o mercado de trabalho possui uma estrutura segmentada pelo gênero-definido pela dicotomia convencional homem/ mulher. Muitos valores subjetivos e avaliações estão embutidos nesta divisão- sobre aquilo que um homem ou uma mulher pode ou deve fazer. Pessoas com uma

ambiguidade de gênero poderiam causar confusão e sentir rejeição, por não se encaixarem facilmente nos nichos que existem no mercado de trabalho. A mesma ambiguidade pode ser vista como algo capaz de perturbar o desempenho da função, principalmente num mundo onde muitas ocupações se exercem vinculadas à apresentação e conservação da imagem” (MOURA; LOPES, 2014 apud ADELMAN, 2003, p. 83-84).

Paradigmas que dizem respeito à sexualidade são um tabu velado na sociedade apesar dos avanços culturais e fatores sociológicos; “A questão homossexual passou a ser incorporada pelo mercado através de ONGs e de toda uma indústria que surgiu ao seu redor” (CARVALHO, 2008).

Por ter havido essa necessidade latente, apoiadores da causa LGBTQ+ se uniram à ONG’s afim de tornar a questão uma causa humanitária, empresas aderiram ao movimento pelo interesse ao chamado “pinkmoney” (receita financeira vinda do mercado consumidor LGBTQ+). Conquistas essas até então alcançadas, o próximo passo seria o reconhecimento como cidadãos que se vêem com um gênero diferente do de nascimento, a falta disso foi a causa de possíveis constrangimentos por conta da diferença entre a aparência e o documento de identificação; como diz MOURA, 2017: “Dentre os entraves encontrados pelas entrevistas foi unanime a fala sobre a discrepância entre o corpo, nome social e o nome civil, pois causa uma ambiguidade nos entrevistados, pois vêem um corpo feminino, mas o registro civil é um nome masculino [...]”.

Pela dificuldade em serem admitidos em empregos formais, quer seja pela aparência, quer seja por valores ultrapassados e principalmente por questões religiosas tais pessoas acabaram migrando para o mercado informal, ao tornarem-se profissionais do sexo buscando clientes em ruas, o que as expôs a vícios e até mesmo riscos de morte; afirma PELÚCIO (2005): “Como elas vivem em constante risco de

sofrerem algum tipo de violência no seu ambiente de trabalho, muitas das mulheres trans possuem porte de arma branca e por essa circunstância elas estão propícias ao alcoolismo e entrarem para o mundo das drogas” (TOMAZELLI, 2016 apud PELÚCIO, 2005).

“[...] o que não devemos fazer é endossar a compreensão errônea de que um “erro” biológico da natureza está na raiz de seu destino, e que a solução deva ser efetuada no corpo por meio da violação com bisturis e hormônios” (Argentieri, 2009). De 2009 para os dias atuais houveram inúmeros avanços, dentre os quais, podemos citar a “melhor” aceitação social da pessoa transgênero, tal progresso tem seu mérito nas campanhas que disseminam a igualdade e a conscientização da importância da diversidade. O marketing, mais precisamente o marketing 4.0, cujo conceito não só está voltado para a venda de produtos, como também para questões sociais, como humanização, bem-estar e igualdade. A estratégia utilizada na venda, na divulgação e no desenvolvimento empresarial de sucesso, é o foco do marketing, de modo que, a inserção da pessoa transgênero no mercado de trabalho e a aceitação do trabalhador, independentemente da sua identificação de gênero, deve-se à aplicação devida e direcionada, favorecendo aos contratantes uma opção de contratação sem discriminação, tornando-se ultrapassada a idéia de que a readequação de gênero resume-se à um erro biológico da natureza e conseqüentemente resulta em violação do corpo e não aceitação deste profissional no mercado de trabalho, ainda que o mesmo, prove-se eficiente.

O profissional da área de marketing enfrenta grandes desafios no intuito de desenvolver estratégias mercadológicas que atraiam nichos específicos, pois minorias como as pessoas transgênero, bem como LGBTQ+ necessitam muitas vezes de produtos específicos (muitos gostam de brilho em excesso e visibilidade, enquanto outros preferem sua privacidade conservada, e até os produtos turísticos devem ser cuidadosamente direcionados para essa minoria

consumidora). O termo “gay friendly” (refere-se ao acolhimento ao LGBTQ+) e foi sabiamente utilizado como uma estratégia de marketing em estabelecimentos “amigos” desse público. A colaboração do profissional que executa as estratégias de marketing, apesar dos desafios, contribui significativamente com a construção de um mercado fornecedor mais preparado para suas demandas e de igual forma para a inclusão dessas minorias no mercado de trabalho. VARGAS (2018) salienta com entusiasmo as evoluções referentes à esse assunto, no Brasil:

“A democracia brasileira evoluiu, alcançou várias etapas e desenvolveu fortemente as instituições, atravessou períodos conflituosos com plena observância e respeito aos parâmetros constitucionais, se desenvolvendo e se aprimorando com técnicas que ampliam a cidadania, reduzindo as desigualdades e fortalecendo a democracia canalizando as demandas sociais” (VARGAS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios das pessoas transgênero são marcados por um rastro de sangue e dores (tanto físicas, quanto emocionais); é imprescindível destacar os crimes de ódio, a cura gay, os procedimentos de readequação de gênero clandestinos, os efeitos (familiares, sociais, psicológicos, físicos, etc) e até os suicídios.

A temática “Readequação de gênero”, vem sendo debatida tanto no exterior, quanto no Brasil, há muito mais tempo do que leigamente é possível supor, eis a relevância social das pesquisas bibliográficas, debates em Instituições de Ensino e nas mídias (de modo geral); é uma questão de justiça social, no âmbito da igualdade de valores e direitos entre os seres humanos.

Tanto o direito ao uso do nome social, quanto o direito a readequação de gênero (procedimentos físicos e psicológicos que colaboram para que a pessoa

se identifique sob todos os aspectos com o gênero a que ela se entrevê), são conquistas resultantes de lutas de uma minoria na ânsia por direitos igualitários e tais conquistas representam prática literal da democracia.

No Brasil, o apoio de políticos que defendem, criaram/criam e aprovam leis para que a “Readequação de gênero” fosse uma realidade, inclusive um direito no próprio SUS – Sistema Único de Saúde, foi um salto na evolução da aceitação social, de modo que o exercício da prática da cidadania, abriu portas para o mercado consumidor transgênero, como também a inserção da pessoa transgênero no mercado de trabalho.

Com o surgimento dessa “nova” demanda, dores foram atendidas; e as necessidades dos consumidores LGBTQ+ atraíram a atenção das grandes companhias do mercado, pondo em prática o famigerado “ganha ganha” tornando-se uma relação ideal entre as empresas e os seus consumidores.

O empoderamento das minorias desfavorecidas da sociedade deve se iniciar na infância (com apoio da família e projetos sociais ‘políticos ou não’ voltados para a resolução da problemática), favorecendo à pessoa transgênero quando adulta, a concepção de que a prostituição não é a única solução para aquisição de subsistência e os direitos à educação livre de bulling, formação de nível superior e inserção no mercado de trabalho é direito inquestionável de todo cidadão.

As ONG,s voltadas ao apoio à pessoas transgênero, exercem um importantíssimo papel social, pois acolhem, qualificam e direcionam esses trabalhadores para um mercado de trabalho (ainda restrito e limitado). Além de desenvolverem parcerias com empresas que tomam a iniciativa de apoiar a causa LGBTQ+.

A “readequação de gênero: uma visão de mercado consumidor e mercado fornecedor em relação à pessoa transgênero”, trouxe na sua revisão literária informações relevantes que perpassam a trajetória de lutas, derrotas e/ou vitórias, entre 2006 – 2019,

totalizando 13 anos de história analisados. Apesar dos progressos em todos os sentidos, principalmente em relação aos mercados, a afirmativa de que ainda há muito que se caminhar e conquistar é plausível e/ou verossímil.

REFERÊNCIAS

ARGENTIERI, S. Travestismo, transexualismo, transgêneros: identificação e imitação. PEPSIC – Periódicos Eletrônicos em Psicologia: Jornal de Psicanálise, versão impressa ISSN 0103-5835, J. psicanal. v.42 - n.77, São Paulo dez. 2009. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352009000200012> Acesso em: 04 fev. 2020.

CARVALHO, A.: O mercado de entretenimento para o público glbt na na avenida vieira de carvalho. Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo: CEFET-SP, 2008. Disponível em:< https://sites.google.com/site/estudosth/Home/al_dy_carvalho.pdf > Acesso em: 07 fev. 2020.

HOFFMANN, E. M; SOUZA, M, J, B, de; KIELING, A. P. Ser ou não ser gay-friendly: o caso da beauty factor. Sistema de informação científica redalyc, rede de **Revistas científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal**, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5335/533557910007/533557910007.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

MARANHÃO, E. M. de A.; Sai desse corpo que esse caminho não te pertence! Pessoas trans* e ex-trans* em (re/des) caminhos de gênero, corpo e alma. Disponível em: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano VIII, n. 24, Janeiro/Abril de 2016 - ISSN 1983-2850 <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index/>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

MOURA, R. G. de. Nossa imagem não é boa para diversos estabelecimentos e até empresas: o mercado de trabalho e as organizações como agentes transfóbicos. Universidade do Grande Rio. **Revista Conbrad**, MARINGÁ, V.2, N.3, 111-128, 2017. Disponível em: <<http://revistaconbrad.com.br/editorial/index.php/conbrad/article/view/154/91>> Acesso em: 03 fev. 2020.

MOURA, R. G. de; LOPES, P, de L. O preconceito e a discriminação de transgêneros no processo de recrutamento e seleção de pessoal: uma revisão bibliográfica. IX Simpósio de excelência em gestão e tecnologia no Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/36520376.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2020.

OLIVEIRA JR., T. E. R. de. A importância da comunidade lgbt como segmento de interesse da hotelaria. Repositório Internacional da Universidade Federal Fluminense, 2014. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/1687>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

PERALTA, L. M; MARTINS, K. M; SANTANA, P. da S. Breve análise sobre o perfil do consumidor homoafetivo. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 5, n. 7, p. 8629-8650 jul. 2019 ISSN 2525-8761. Disponível em: <<http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/2275>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

PRADO, A. P. L; DANGELO, I. B. de M. A inclusão no mercado de trabalho da pessoa transgênero e a “dolorosa” arte de ser normal: **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito** | e- ISSN: 2525 - 9849 | Brasília | v. 3 | n. 1 | p. 58 – 78 | Jan/Jun. 2017. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/2035/pdf>> Acesso em: 03 fev. 2020.

ROCHA et al. Breves considerções acerca dos transgêneros no mercado de trabalho. Faculdades Integradas de Patos – Brasil; XXXI Congreso ALAS Uruguay, 2017. Disponível em: <http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/5836_pereira_rocha_adriana.pdf> Acesso em: 03 fev. 2020.

ROCON, P. C. et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. Print version ISSN 1414-3283 On-line version ISSN 1807-5762; Interface (Botucatu), vol.23, Botucatu - SP – Brasil, 2019, Epub Aug 05, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/interface.180633>> <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100268> Acesso em: 07 fev. 2020.

SANTOS, R. N. R, dos; TARGINO, M. das G; FREIRE, I, M. A Temática diversidade cultural na ciência da informação: a perspectiva responsabilidade social. REBECIN, v.4, n.1, p.114-135, ISSN: 2358-3193, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebin>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

SILVA, R. G. L. B. da; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. de. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo (2015), 26(3), 364-372. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i3p364-372>><<https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052/109664>> Acesso em: 03 fev.

SOUTO, L. Elas iniciaram o processo de transição de gênero e voltaram atrás. Universa (plataforma do UOL), 2018. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/15/elas-iniciaram-o-processo-de-transicao-de-genero-mas-voltaram-atras.htm>> Acesso em: 07 fev. 2020.

TOMAZELLI, P.; Condições de vida e trabalho de mulheres trans no mundo da prostituição. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/8893>> Acesso em: 07 fev. 2020.

UZIEL, A. P.; MELLO, L.; GROSSI, M. Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Print version ISSN 0104-026X On-line version ISSN 1806-9584, vol.14 no.2 Florianópolis May/Sept. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200008>><http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200008> Acesso em: 04 fev. 2020.

VARGAS, S. L. Eleições 2018 e o uso do nome social nas campanhas políticas; REDESP, Nº 2, junho/2018; Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5804>> Acesso em: 06 fev. 2020.

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA -
PRONAF: DESAFIOS EDUCACIONAIS DOS DISCENTES DO CEQ-ANA MOREIRA**

**NATIONAL PROGRAM FOR THE STRENGTHENING OF QUILOMBOLA FAMILY AGRICULTURE -
PRONAF: EDUCATIONAL CHALLENGES OF CEQ-ANA MOREIRA'S STUDENTS**

Elvio da Silva Rodrigues ¹

Cristiano de Assis Silva ²

RESUMO

O acesso às políticas públicas para Agricultura Familiar sempre foram escassas no Brasil, mas com a criação do PRONAF na década de 90 os trabalhadores e filhos de trabalhadores rurais puderam desenvolver mais satisfatoriamente suas comunidades tendo assim maiores possibilidades de fixação desses jovens no campo. Os jovens estudantes da zona rural podem dividir seus afazeres domésticos, sobretudo a agricultura buscando meios de aprendizagem na escola e comunidade a qual eles residem. A pesquisa objetivou identificar a interferência do PRONAF no rendimento e assiduidade no cotidiano escolar dos alunos do 3º ano do ensino Médio da Escola Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira – CEQ no município de Codó-MA. Essa pesquisa é de caráter quanti-qualitativa, foi utilizado um questionário para coleta de dados, com perguntas semi-abertas no dia 20 de agosto de 2019. Os resultados revelaram que entre os 28 questionários aplicados aos alunos, 23% afirmaram que participam atualmente do programa; 77% descreveram não participar; 32% afirmaram que já participaram; 68% relataram que nunca participaram; 90% dos estudantes informaram que o programa não interfere no tempo nem no rendimento escolar; 10% relatou que a assiduidade escolar é prejudicada. Em relação à renda familiar, 59% dos alunos participantes afirmaram que provém da agricultura; 27% da aposentadoria; e 14% de funcionários públicos. Portanto, são de suma importância os programas de governo como políticas públicas em prol da agricultura familiar como complemento e fixação dos jovens no campo para desenvolvimento da economia local, possibilitando a continuação nos estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; Assiduidade; Políticas públicas.

ABSTRACT

Access to public policies for family farming have always been scarce in Brazil, but with the creation of PRONAF in the 90's workers and children of rural workers were able to develop more satisfactorily their communities and thus greater clamping range of these young people in the field. Young students from rural areas can split their household chores, especially agriculture seeking learning facilities in school and community where they reside. The research aimed to identify the interference of PRONAF in revenue and attendance in school life of students of the 3rd year of High School Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira - CEQ in the municipality of Codo-MA. This research is quantitative and qualitative character, a questionnaire was used for data collection, with semi-open questions on 20th August 2019. The results showed that among the 28 questionnaires administered to the students, 23% said that they currently participate in the program; 77% described not to participate; 32% said that they have participated; 68% reported that they never participated; 90% of the students reported that the program does not interfere neither in the time nor the school performance; 10% reported that school attendance is impaired. Regarding family income, 59% of participating students said that they come from agriculture; 27% from the pension; and 14% from civil servants. Therefore, the government programs are very important like public policies in support of family farming as a complement and attachment of young people in the field to develop the local economy, making possible the continuation in studies.

KEYWORDS: Family farming; Assiduity; Public policy.

¹ Graduado em Licenciatura em Ciências Agrárias pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA Campus Codó, MA, Brasil. E-mail: elviodrum@hotmail.com | Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/9030438479996564

² Coordenador Acadêmico da ACU – Absoulute Christian University. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU – Absoulute Christian University. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. Especialista Nutrição Clínica pela Universidade Veiga de Almeida. Especialista em Metodologia de Ciências Biológicas pela Faculdade Mario Schenberg. Especialista em Oratória da Transversalidade de Fala para Formação de Professores – UFES. Licenciado em Ciências Biológicas - IFES. Bacharel em Nutrição, Faculdade Salesiana de Vitória. E-mail: cristiano.wc32@gmail.com | Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/7723981451094769

INTRODUÇÃO

O acesso às políticas públicas pelos pequenos agricultores sempre foram escassas no Brasil, principalmente antes da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, sendo que o mesmo foi criado a partir do início dos anos 90. (SCHNEIDER, 2004).

Até o início da década de 1990, ainda não existia nenhum tipo de política pública, que viesse a abranger todo o território nacional e atender a determinadas demandas dos agricultores familiares.

Nesse sentido, Denardi (2001, p. 57), afirma que “a política agrícola brasileira sempre foi decidida em consonância com os interesses dos empresários do agribusiness”.

Em grande medida esse movimento conduziu a um aumento crescente dos conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como das políticas gerais de desenvolvimento nas esferas federal, estaduais e municipais (PEREIRA, 2011).

Nesse contexto, podemos destacar que houve profunda organização social e de sindicatos de trabalhadores rurais em prol da formulação e implantação de políticas públicas de desenvolvimento do setor rural. Dentre as muitas organizações e lutas Denardi (2001, p. 58), ressalta “a Gritos da Terra Brasil, liderados pela Contagem, e na Região Sul, pelas ações e pressões da Frente Sul da Agricultura Familiar”.

Essas organizações deram início à primeira política pública em favor dos agricultores familiares brasileiros, chamada de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (DENARDI, 2001).

O PRONAF nasceu de diversas reivindicações, criado em 1996 financia projetos individuais ou coletivos rurais agropecuários e não agropecuários, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

A execução do PRONAF é feita de forma descentralizada contando com a parceria de algumas organizações de agricultores familiares, dos governos estaduais e municipais, das organizações governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural, das cooperativas de crédito e de produção, dos agentes financeiros, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) dentre outros.

Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) para obtenção da Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de créditos a que tem direito como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (FNDE 2020).

O Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira – CEQFAAM está situado no Povoado Santo Antônio dos Pretos, S/N, Zona rural de Codó-MA. É uma escola pública, que faz parte do sistema estadual de educação, com a modalidade de Ensino Médio/Técnico, onde os discentes obtém da escola o título de Técnicos em Agropecuária.

A escola adota o método de ensino da Pedagogia da Alternância – PA, onde os alunos passam quinze dias na escola e quinze na comunidade, numa interação escola-família-comunidade, essa interação é uma proposta apresentada como alternativa educacional almejando atender às necessidades dos alunos e das famílias do campo, voltada para o desenvolvimento do meio rural.

De acordo com GNOATTO (2006, p. 7) “[...] essa proposta de educação teve sua origem na região da França, em cujas comunidades o predomínio era da pequena propriedade, no Brasil também seguiu essa tendência, já que a introdução da proposta se dera no Estado do Espírito Santo [...]”

A Pedagogia da Alternância é uma proposta de educação voltada ao desenvolvimento integral do jovem, tendo como objetivo sanar os desafios advindos da zona rural com o propósito de fixar o homem no campo para o desenvolvimento do mesmo.

O Objetivo geral do trabalho é identificar a interferência do PRONAF no rendimento e assiduidade no cotidiano escolar dos alunos do 3º ano do ensino Médio da Escola Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira – CEQFAAM no município de Codó-MA.

DESENVOLVIMENTO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Este trabalho foi realizado na escola Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira – CEQFAAM, localizada no Povoado Santo Antonio dos Pretos, S/N, zona rural do município de Codó MA, em torno de 48 km da sede do município. A escola atualmente dispõe de quatro turmas do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Agropecuária com um total de 86 alunos, funcionando em duas sessões: “A” e “B” na modalidade de Pedagogia da Alternância.

Segundo Gil (2010, p. 1), pode-se definir pesquisa como:

O procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são postos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A abordagem desta pesquisa é caracterizada como qualitativa, pois buscou analisar as variáveis envolvidas em um fenômeno ou fato, a fim de explicá-los, sendo esta realizada a partir da coleta de informações e correlacionando as mesmas (GIL, 2010).

O percurso metodológico adotado baseou-se em fontes diretas e secundárias, que consistiram em materiais já publicados, como livros; artigos de periódicos; pesquisa de institutos de pesquisa, etc. (CAMPUS, 2011). Foi utilizada como instrumento para coleta de dados a aplicação de questionários semiabertos com os alunos 3º ano, considerando o mais adequado por contemplar questões abertas e fechadas, que deu aos sujeitos envolvidos, liberdade para se expressarem, além de ter a vantagem de oferecer maior número de informações, sem dificultar a tabulação. (GIL, 2010).

Os quinze dias que os alunos permanecem na escola é chamado de sessão, que se divide em duas: sessão “A” que participam os alunos do 1º e 3º ano e sessão “B” que estudam os alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio, totalizando ao todo 86 alunos. Os questionários foram aplicados no dia 20 de agosto de 2019 apenas aos alunos do 3º ano da sessão “A” totalizando 28 (vinte e oito) alunos envolvidos, onde os mesmos responderam as questões contidas nos questionários sem interferência direta do pesquisador. Com os dados obtidos procurou-se interpreta-los e transformá-los em informações a fim de responder aos questionamentos propostos no estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Rocha (2004), a palavra desenvolvimento lembra os termos de crescimento, evolução, maturação, onde o mesmo apresenta um sentido de mudança favorável. Para que esse desenvolvimento seja de fato alcançado é necessário antes de tudo que o ser humano esteja engajado e que promova meios distintos para essa evolução.

Esses meios, segundo Rocha (2004, p.14), “podem ser caracterizados de três formas: o conhecimento que nos reportam ao saber; a habilidade relacionada ao saber fazer; e a atitude ao saber ser”. E em relação à obtenção do desenvolvimento econômico,

a tecnologia está aliada nesse processo, sendo que a mesma torna-se instigadora e motivadora, pois está ligada a fatores de necessidades pessoais e grupais (ROCHA, 2004).

Entretanto, o mesmo autor afirma que a tecnologia se reporta ao concreto, material, necessitando de um conhecimento em particular em razão de configurar uma base de grande relevância para o desenvolvimento de qualquer empreendimento.

Por isso que as políticas públicas de governo criadas ao longo dos anos em favor da agricultura familiar estão sendo trabalhadas com o propósito de atender a determinadas demandas tanto com capacitação tecnológica e assistência técnica que visem uma maior produção com qualidade e quantidade (COSTA, 2004).

De acordo com Costa (2004, p. 17), “o termo política surgiu na Grécia antiga, derivado do vocábulo ‘polis’, equivalente ao latino ‘civitas’, significando a arte de governar a cidade.” As políticas públicas podem ser definidas como conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, visando assegurar determinado direito seja de ordem cidadã, seguimento social, cultural ou econômico com a participação de entidades públicas ou privadas.

E dentre as políticas públicas para os agricultores familiares objeto de nosso estudo, podemos citar ainda outras que ao longo do tempo foram sendo implantadas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 sendo uma das ações de estratégia do Fome Zero ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar. De acordo com (FNDE, 2020) o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura

familiar no Brasil, e por meio dessa iniciativa, agricultores, cooperativas e associações vendam seus produtos para órgãos públicos.

Neste sentido, o programa tem como principal objetivo utilizar mecanismos de comercialização que favorecem a comercialização direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

A destinação dos produtos comprados vai depender da modalidade do PAA, pela qual os produtos são adquiridos, sendo que o programa apresenta seis modalidades que são: compra com doação simultânea; compra institucional; PAA leite; Compra Direta; formação de estoques e aquisição de sementes.

Segundo o FNDE (2020), Na compra com doação simultânea, o público beneficiado são aquelas populações em situação de risco alimentar, por meio dessa modalidade, os governos compram alimentos para posterior doação as entidades da rede socioassistencial.

Na compra institucional, os órgãos públicos fazem as compras dos alimentos através de chamadas públicas, sendo então abastecidos hospitais públicos; quartéis; restaurantes universitários; presídios; creches; escolas dentre outros.

No PAA leite, são adquiridos os produtos de leite *in natura* de laticínios privados e de agricultores familiares. Esse trabalho incentiva o consumo regular de leite pelas famílias em insegurança alimentar e nutricional. A implantação dessa modalidade é restrita a uma área específica que inclui a região Nordeste e parte do estado de Minas Gerais (FNDE, 2020).

Na compra direta segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário, essa modalidade faz parte da estratégia de sustentação de preços da agricultura familiar. Os agricultores vendem alimentos para o Governo Federal a valores pertencentes a uma faixa entre o preço mínimo e o preço do mercado consumidor. Cada unidade familiar obedece a um limite

anual de vendas de até R\$ 8 mil. Para as organizações fornecedoras, esse valor pode chegar até R\$ 500 mil, desde que respeitados os limites e parâmetros por cada unidade familiar.

A formação de estoque diz respeito à organização em grupos formais de agricultores para formarem estoque para venderem então a safra vigente. Na aquisição de sementes, as mesmas são compradas pelo governo e doa às famílias inscritas no Cadastro Único que englobam mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para aquisição de gêneros alimentícios que são destinados a alimentação escolar. Segundo o FNDE (2020), a aquisição de gêneros alimentícios pode ser realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas sendo que as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país.

Podem vender para o Programa agricultores familiares rurais podendo ser organizados em grupos formais ou informais, com a Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) física ou jurídica. Segundo o FNDE (2020), os grupos formais são agricultores familiares e empreendedores familiares rurais constituídos em cooperativas e associações, os grupos informais são agricultores familiares organizados que deverão ser apresentados junto à Entidade Executora por uma Entidade Articuladora.

As entidades executoras são as secretarias estaduais de educação, as prefeituras ou escolas que por sua vez recebem recursos diretamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ficando responsáveis pela execução do PNAE, inclusive a utilização e complementação de recursos financeiros FNDE (2020).

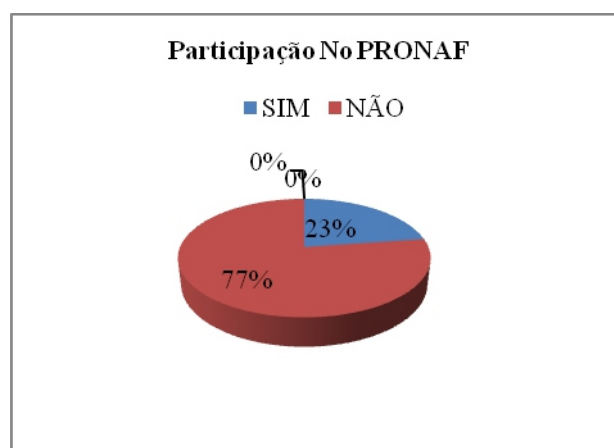
O PRONAF vem com o propósito de implantar a infraestrutura necessária aos pequenos, médios empreendimentos alavancando o agronegócio da Agricultura Familiar, onde a mesma tem grande participação na renda do país (GUILHOTO 2005).

Nesse sentido Guilhoto et. al. (2005, p. 3) afirmam que:

A dinâmica das transformações das atividades agropecuárias e das demais ações a ela vinculadas tem exigido dos setores públicos e privado o contínuo aperfeiçoamento de instrumentos de análise para orientar as suas decisões, principalmente no que diz respeito ao planejamento das políticas públicas que visem à obtenção de segurança alimentar, à geração de emprego e renda e ao desenvolvimento local em bases sustentáveis e equitativas.

A seguir os estudantes participantes no (gráfico 1) em relação à participação no PRONAF, quando lhes foi feita a seguinte pergunta: Você participa do PRONAF para ajudar na renda de sua família? 23% afirmaram que participam do programa enquanto que 77% descreveram não participar.

Gráfico 1. Você participa do PRONAF para ajudar na renda de sua família?



Fonte: Próprio autor, 2020.

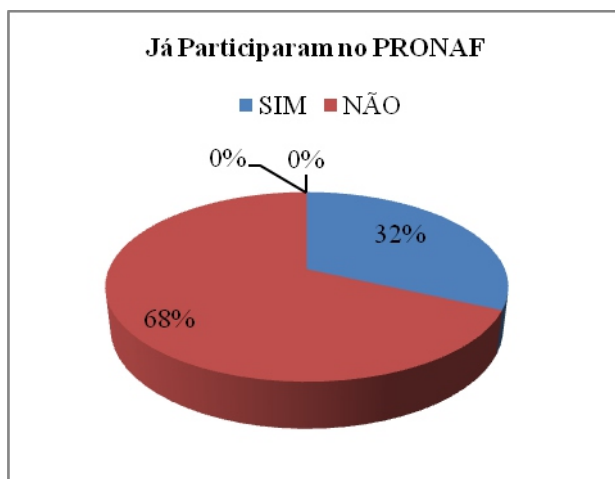
Os questionários revelaram que a grande maioria dos estudantes não participam atualmente do programa, e muitos se quer não o conhecem.

Contudo, no (gráfico 2) a seguir, ao serem indagados se já participaram do programa, obteve-se os seguintes resultados: 32% relataram que já participaram e 68% afirmaram que não, significando um pequeno aumento na participação dos alunos.

Esses altos índices de não participação dos jovens nas unidades produtoras Dalcin (2009), descreve que pode estar no desejo de muitos jovens de não dar continuidade ao processo reprodutivo social das propriedades semelhante ao de seus pais nas atividades rurais.

Corroborando com essas afirmações Zago (2012 p, 4) afirma que “Entre as dificuldades de permanecer na agricultura há os limites impostos pela escassez da terra, da baixa renda das famílias e, conseqüentemente, de investimento na produção”.

Gráfico 2. Você já participou do PRONAF para ajudar na renda de sua família?



Fonte: Próprio autor, 2020.

É importante ressaltar que apesar do programa financiar as unidades agrícolas familiares, os gráficos (1, 2) mostram a pouca participação dos estudantes alvos do estudo.

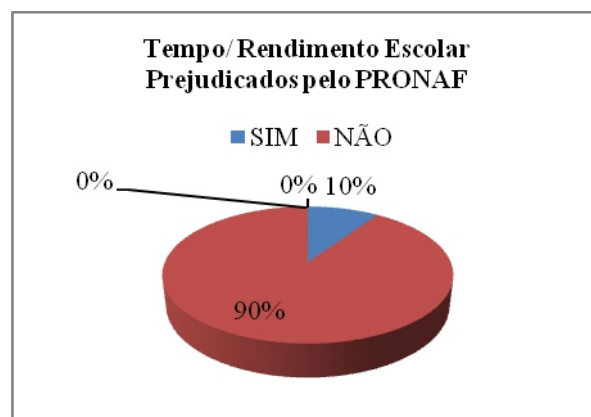
No intuito de reconhecer se o PRONAF causa algum impacto no cotidiano escolar dos alunos, elaborou-se a seguinte pergunta: De que maneira você

administra seu tempo com os trabalhos familiares do campo e as tarefas escolares? O gráfico (3) a seguir ilustra as afirmações colhidas dos alunos, em que 90% dos discentes informaram que o programa não interfere no tempo nem no rendimento escolar e apenas 10% relatou que a assiduidade escolar de certa forma é prejudicada.

De fato o que se observa é a grande maioria dos alunos não participar do PRONAF, portanto, não tem como o programa influenciar negativamente no rendimento escolar, além do mais a Escola Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira Funciona na modalidade de PA, pedagogia essa que funciona quinzenalmente dando espaço para os alunos nesses quinze dias de permanência em suas comunidades realizar seus trabalhos familiares.

Observa-se que o aprendizado escolar não está sendo prejudicado pelos trabalhos domésticos do campo, pois de acordo com os resultados já diagnosticados nota-se que os estudantes participantes da pesquisa desenvolvem meios para que não saiam prejudicados nem em suas casas nem na escola.

Gráfico 3. De que maneira você administra seu tempo com os trabalhos familiares do campo e as tarefas escolares?



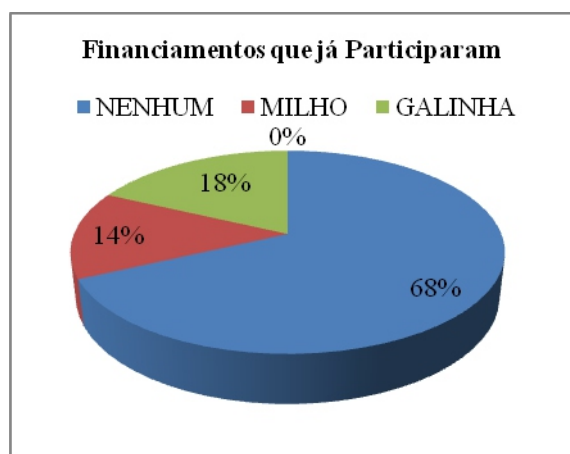
Fonte: Próprio autor, 2020.

De acordo com o gráfico (4) quando lhes foi perguntado sobre quais os ramos agropecuários já participaram através de financiamento feito pelo PRONAF, 68% dos alunos afirmaram que nunca fizeram;

14% relataram que já adquiriram o financiamento para a cultura do milho, enquanto que 18% já fizeram parte desse programa para criação de galinhas.

Nota-se que é cultural o financiamento desse tipo de produto como milho e galinha, na cultura do milho é utilizado principalmente para revendas em feiras das cidades vizinhas na forma de “milho verde” diretamente ao consumidor, como também para revender aos atravessadores. A galinha é vendida da mesma forma, em feiras ao ar livre.

Gráfico 4. Quais os ramos agropecuários já participaram através de financiamento feito pelo PRONAF?



Fonte: Próprio autor, 2020.

É importante salientar que o programa tem como finalidade o crescimento da zona rural com a aquisição de financiamentos em vários ramos agropecuários ou não. As linhas de créditos do programa existem de diversas formas, uma delas é o PRONAF jovem que de acordo com GOUVEIA (2010):

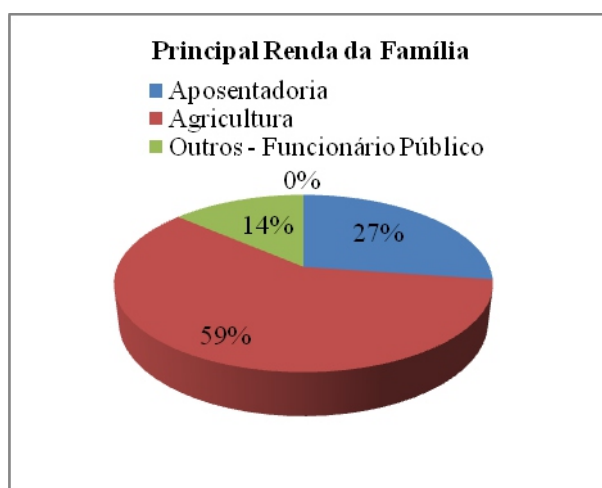
[...] é uma linha de crédito especial, criada em 2004, para incentivar a permanência de jovens no meio rural. O público alvo são os filhos de agricultores familiares enquadrados no PRONAF, com idade entre 16 e 29 anos, que pretendem desenvolver atividades agropecuárias e não agropecuárias no meio rural. (GOLVEIA, 2010. p.26)

Então como podemos notar existem alguns jovens que participam dessa linha de crédito com a

aquisição para a cultura do milho e criação de galinha, sendo justamente o propósito deste programa, fixar o homem do campo com apoio técnico financeiro.

O gráfico (5) revela as informações referentes a renda da família dos alunos quando lhes foram feita a pergunta demonstrada a seguir: Qual (ais) a principal renda de sua família? 59% dos participantes afirmaram que a principal renda provém da agricultura; 27% da aposentadoria e 14% de outros ramos como funcionários públicos.

Gráfico 5: Qual (ais) a principal renda de sua família?



Fonte: Próprio autor, 2020.

É importante destacar que o conceito de agricultura familiar é bem recente no Brasil. De acordo com Denardi (2001), o conceito tenha talvez uns dez anos, e que antes disso se falavam apenas em “pequena produção”, “pequeno agricultor”, como também era encontrado o termo “camponês”.

Justificam as palavras do autor pelo fato de a agricultura familiar ser normatizada pela Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Nessa Lei são considerados agricultores familiares o empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural que atenda aos requisitos de não possuir uma área maior que quatro módulos fiscais, e utilize predominantemente mão de obra familiar nas suas atividades econômicas.

A lei ainda explana que a renda familiar seja predominantemente originada de atividades

econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, que por sua vez seja dirigido com a família. É importante ressaltar que ainda são contemplados pela mesma lei os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores artesanais.

Então, pelo que se observa no gráfico (5) a principal renda desses jovens advém da agricultura familiar, mas é notável a pouca participação desse público no PRONAF, pois como já foi comprovado anteriormente não existe interferência significativa no desempenho do aprendizado desses discentes participantes da referida pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado na escola CEQ com os discentes no programa de financiamento nos revelou a pequena participação dos alunos neste programa. Não foi encontrado impacto significativo no desempenho quantitativo dos alunos, sendo que a maioria é advinda da zona rural tendo sua renda predominantemente da agricultura. Isso reforça ainda mais a necessidade de políticas públicas em prol desse público para alavancar a economia local sem prejudicar o andamento dos estudos.

A pesquisa revelou a importância de políticas públicas como o PRONAF, por estudarem em uma escola do campo com mecanismos e modelos pedagógicos da Pedagogia da Alternância voltados para a permanência na zona rural reforçando assim as especificidades, particularidades e anseios existentes no meio onde vivem além de melhorar a renda familiar.

O PRONAF é uma política pública de fortalecimento das unidades de produção onde prevaleça o trabalho familiar, mediante o apoio técnico e financeiro, com o objetivo de estimular a geração de renda, melhorando assim o uso da mão de obra familiar, que é muito praticada nas comunidades onde os alunos residem evitando assim o êxodo rural.

A educação do e no campo aliada a esses programas de assistência técnica; extensão rural; qualificação dos professores e, sobretudo vontade política se torna uma enorme ferramenta metodológica, científica e cultural, todavia devemos levar em consideração os currículos e especificidades que a zona rural apresenta como também os conhecimentos populares, tradições e questões edafoclimáticas que diz respeito ao solo e ao clima de uma determinada região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília: MAPA, 2006.

CAMPUS, Rafael Albuquerque. **Agricultura familiar e políticas públicas: avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR.** 2011. 53 f. Especialização (Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

COSTA, Liliam Magda Campus. **O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários: um estudo de caso.** 2004. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa Regional de pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

DALCIN, Dionéia; TROIAN, Alessandra. **Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso.** 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>>. Acesso em: 15/02/2020

DENARDI, Reni Antonio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.** V.07 nº03, jul./set 2001. Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/_Agricultura.pdf>. Acesso em: 20/02/2020.

FNDE. **Pnae.** Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 18/03/2020

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GNOATTO, Almir Antonio; et. al. **Pedagogia da alternância; uma proposta de educação e desenvolvimento no campo**. 2006. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/5/941.pdf>>. Acesso em: 10/03/2020.

GOUVEIA, Charlene Nyana Nunes Alves. **Avaliação do Impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na qualidade de vida de jovens agricultores familiares paraibanos**. 2010. 207 f. Dissertação (Título em Mestre). Universidade Federal da Paraíba UFBA, João Pessoa.

GUILHOTO, Joaquim J. M.; et al. **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 44 p.

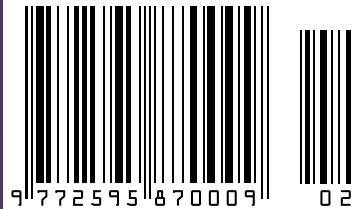
PEREIRA, Maycon de Sousa. **A importância do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar do Banco do Brasil S.A. para a microrregião de Picos PI**. 2011. 86 f. Monografia (Bacharel em Administração). Universidade Federal do Piauí UFPI, Picos.

ROCHA, Francisco Eduardo de Castro; PADILHA, Gessilda de Carvalho. **Agricultura familiar: dinâmica de grupo aplicada às organizações de produtores rurais**. Planaltina: Embrapa cerrados, 2004 p. 14-23

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro, GAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2004. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>>. Acesso em: 01/03/2020.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. **Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos**. 2012. Disponível em:< <http://www.portalanpedsul.com.br/trabalho>>. Acesso em: 05/03/2020.

ISSN 2595-8704



excellence
REVISTA CIENTÍFICA

Revista Científica Excellence | Periódico Multidisciplinar - Trimestral.

Departamento Acadêmico Instituto Weberth Martins dos Santos
CNPJ: 31.655.465/0001-04

Endereço de correspondência:

Rodovia do Sol, Km 25, Ponta da Fruta, Vila Velha – Espírito Santo – BR. Cep.: 29129-015

E-mail: revista@excellenceeduc.com | **Site:** www.excellenceeduc.com